

Estatísticas concelhias (2017)

10 Principais Indicadores Locais



Município de Faro

Ficha Técnica

Divisão do Desenvolvimento Económico e Promoção Turística

Título – 10 Principais Indicadores Locais

Equipa Técnica

- Cristina Viegas (Arquiteta)
- Raquel Martins (Técnica Superior de Gestão de Empresas)
- João Vargues – Chefe da Divisão do Desenvolvimento Económico e Promoção Turística

Índice

NOTA INTRODUTÓRIA.....	6
1. ÁREA SOCIAL	7
1.1 Dinâmica demográfica	7
1.1.1 População residente.....	8
1.1.2 Densidade populacional	11
1.1.3 Grupos etários	11
1.2 Nível de vida.....	13
1.2.1 Ganho médio mensal	13
1.2.2 Poder de compra.....	14
1.3 Equipamentos e acessibilidades	18
1.3.1 Educação	19
1.3.2 Saúde.....	23
1.3.3 Cultura.....	26
1.3.4 Desportivos	27
1.3.4.2 Campos de futebol e pavilhões desportivos.....	28
1.3.4.3 Biossaudável	29
1.4 Proteção social.....	30
2. ECONOMIA.....	32
2.1 Economia e empresas	32
2.1.1 Sector Primário.....	34
2.1.2 Sector Secundário	38
2.1.3 Sector Terciário	42
2.2 Emprego	45
3. AMBIENTE E TERRITÓRIO	48
3.1 Usos do solo	48
3.2 Saneamento básico, abastecimento de água e resíduos urbanos	51
3.3 Estrutura verde e qualidade do ar	53
3.3.1 Espaços verdes urbanos (Estrutura verde).....	55
3.4 Temperatura, Precipitação e Qualidade de Ar.....	55
Conclusão.....	57
Fontes Bibliográficas	60

Índice dos Quadros

Quadro 1 - População residente e variações de crescimento por freguesia em 1991, 2001 e 2011.....	8
Quadro 2 - População presente e variações de crescimento por freguesia em 1991, 2001 e 2011.....	9
Quadro 3 – População residente com valores estimados	10
Quadro 4 – Indicadores Demográficos.....	10
Quadro 5 - Densidade Populacional de 1991, 2001 e 2011	11
Quadro 6– Densidade Populacional de 2012 a 2016	11
Quadro 7 - População segundo grandes grupos etários, em 2011 (Algarve, concelho de Faro e suas freguesias)	12
Quadro 8 – População segundo grandes grupos etários, em 2012 a 2016 no concelho de Faro	12
Quadro 9 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sector de atividade e o sexo	14
Quadro 10 - Indicador compósito do poder de compra	17
Quadro 11 - Rede de Estabelecimentos Escolares do Concelho de Faro	19
Quadro 12 – Equipamentos existentes (Creches) no Concelho de Faro	21
Quadro 13 - Cobertura do sistema de saúde.....	23
Quadro 14 - Indicadores dos equipamentos e serviços de saúde.....	25
Quadro 15 - Equipamentos culturais e Património Cultural do concelho de Faro	26

Quadro 16- Indicadores dos equipamentos desportivos.....	27
Quadro 17 - Valor médio anual das retribuições pagas – 2011 a 2016.....	31
Quadro 18 - Número de pensionistas – 2011 a 2016.....	32
Quadro 19 - Indicadores de empresas em 2011 a 2015.....	33
Quadro 20 - Tipo de culturas temporárias e permanentes (ha).....	34
Quadro 21 - Superfície das explorações agrícolas (ha), segundo o tipo de utilização das terras	35
Quadro 22 - Superfície irrigável das explorações agrícolas (ha),segundo o tipo de utilização das terras	36
Quadro 23 - Proporção da superfície irrigável (%) na superfície agrícola utilizada	36
Quadro 24 - Superfície agrícola utilizada (ha), segundo a composição da superfície agrícola utilizada	36
Quadro 25 - Exploração agrícola, segundo a natureza jurídica e a forma de exploração	37
Quadro 26 - Dimensão do parque habitacional – 2011	39
Quadro 27 - Edifícios licenciados para construção, segundo o tipo de obra - 2011.....	39
Quadro 28 -Procura e oferta turística – 2011 a 2016	44
Quadro 29 - Indicadores do turismo, 2011 a 2016.....	44
Quadro 30 - Taxa de desemprego geral por unidade geográfica, de 1991, 2001 e 2011	47
Quadro 31 - Áreas urbanizáveis de expansão disponíveis nos aglomerados urbanos estruturantes do concelho de Faro	50
Quadro 32 – Evolução de Indicadores dos Resíduos sólidos urbanos	52
Quadro 33 - Indicadores de Ambiente, 2011 e 2016.....	53
Quadro 34 - Índice de Qualidade do Ar - IQAr.....	56

Índice dos Gráficos

Gráfico 1 - População residente e variações de crescimento por freguesia em 1991, 2001 e 2011	8
Gráfico 2 - Evolução do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem.....	13
Gráfico 3 - Evolução do indicador de poder de compra per capita	17
Gráfico 4 - Médicos, segundo a especialidade, 2011 a 2016	26
Gráfico 5 – Evolução de números de empresas segundo o sector de atividade (CAE-Rev3).....	33
Gráfico 6 - Composição da superfície total das explorações.....	35
Gráfico 7 - Composição da superfície agrícola utilizada	37
Gráfico 8 – N.º de Empresas e Sociedades das Indústrias Transformadoras, 2011 a 2015	39
Gráfico 9 – Proporção de Alojamentos Clássicos segundo o tipo da ocupação	41
Gráfico 10 - Alojamentos clássicos segundo a forma de arrendamento.....	41
Gráfico 11 - Trabalhadores por conta de outrem em serviço dos estabelecimentos do concelho por sector de Atividade	45
Gráfico 12 - População residente ativa empregada segundo sector de atividade (2011)	46
Gráfico 13 - Evolução do n.º de desempregados de 2011 a 2017.....	47
Gráfico 14 - Regime de uso de solo no concelho de Faro, segundo a sua classificação (solos rural e urbano).....	48
Gráfico 15 - Regime de uso de solo no concelho de Faro, segundo a sua qualificação (Espaços naturais e culturais, agrícolas, urbanos, urbanizáveis, de equipamentos e serviços, lagunares edificados e de indústrias extrativas)	48
Gráfico 16 - Regime de uso do solo rural no concelho de Faro, segundo a sua qualificação (Espaços naturais, culturais, agrícolas, lagunares edificados e de indústrias extrativas).....	49
Gráfico 17 - Evolução de tipo dos Resíduos sólidos urbanos	52
Gráfico 18 - Consumo de Energia Elétrica por Setor de Atividade (2014)	54
Gráfico 19 - Consumo de Energia por Vetor Energético (2014)	54
Gráfico 20 - Índice de Qualidade do Ar em Faro e Olhão (n.º de dias).....	56

Índice das Figuras

Figura 1- Mapa da divisão administrativa da Região do Algarve, com destaque do concelho de Faro.....	7
Figura 2 - Mapa da divisão administrativo do concelho de Faro	7
Figura 3 - Representação gráfica comparativa entre população residente e população presente por aglomerado urbano mais representativo do concelho de Faro, em 1991, 2001 e 2011	10
Figura 4 - Poder de compra per capita.....	15
Figura 5 - Indicador do poder de compra per capita por município, 2015.....	16

<i>Figura 6 - Mapa dos equipamentos de saúde do concelho de Faro</i>	<i>24</i>
<i>Figura 7 - Representação gráfica comparativa entre números das famílias e dos alojamentos por aglomerado urbano mais representativo do concelho de Faro em 3 momentos censitários consecutivos (1991, 2001 e 2011)</i>	<i>42</i>
<i>Figura 8 – Áreas Reabilitação Urbana para a cidade de Faro.....</i>	<i>50</i>
<i>Figura 9 - Mapa de rede de águas residuais domésticas e de águas pluviais.....</i>	<i>51</i>

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento - *Os 10 Principais Indicadores locais* de Faro visa valorizar, numa base analítica, a informação estatística de base concelhia produzida pela Divisão de Desenvolvimento Económico e Promoção Turística, explorando as temáticas com relevância concelhia centradas em três domínios essenciais: área social / economia / ambiente e território.

As análises desenvolvidas têm por base os resultados definitivos dos Censos 1991, 2001 e 2011 que estão disponíveis nos dados estatísticos do *síte* do INE e também nos anuários estatísticos da região do Algarve 2011 a 2016, e noutros trabalhos realizados pelo município de Faro tais como: Carta Educativa, Plano Estratégico para o Desporto do Concelho de Faro (2011-2017), Plano Diretor Municipal (PDM, 1995) e Carta Social, etc.

No domínio social, foram analisados a dinâmica demográfica, o nível de vida, os equipamentos, as acessibilidades e a proteção social.

No domínio da economia foram analisadas as empresas do sector primário, secundário e terciário e também o emprego.

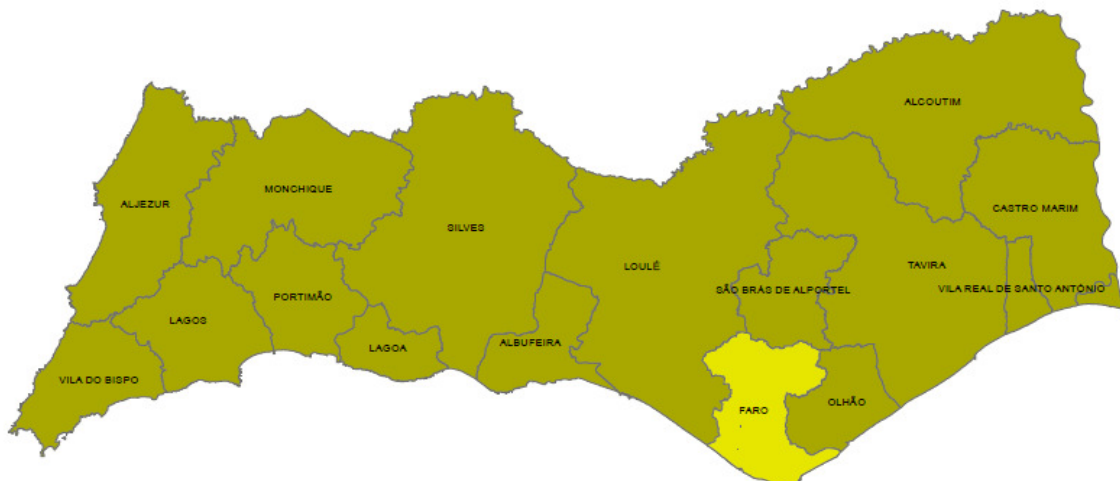
No domínio do Ambiente e Território foram abordados os usos de solo plasmados no PDM (a sua classificação que se divide em solo rural e solo urbano), o saneamento básico e o abastecimento de água, a estrutura verde e a qualidade do ar.

1. ÁREA SOCIAL

1.1 Dinâmica demográfica

O concelho de Faro situa-se na zona do sotavento, a Sul da Região do Algarve (NUTS II Algarve), que se encontra contornada a Sul e a Oeste pelo Oceano Atlântico. O concelho de Faro tem contiguidade a Norte com o concelho de S. Brás de Alportel, a Oeste com o de Loulé, a Este com o de Olhão e a Sul com a Ria Formosa. É atravessado por um troço da Via do Infante (A22) e pela Estrada Nacional 125, que constituem as principais vias estruturantes da região.

Figura 1- Mapa da divisão administrativa da Região do Algarve, com destaque do concelho de Faro



Fonte: Divisão de SIG, CM Faro, 2007, in "Relatório de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal de Faro, 2008", adaptado à nova delimitação administrativa entre Loulé e Faro fixada pela Lei 61/2012, de 05/12.

Figura 2 - Mapa da divisão administrativo do concelho de Faro



Fonte: Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2013), adaptado à nova delimitação administrativa entre Loulé e Faro fixada pela Lei 61/2012, de 05/12.

O concelho de Faro tem uma área de 202,57 km²¹, conforme decorre da nova delimitação administrativa entre Loulé e Faro fixada pela Lei 61/2012, de 05/12, e representa aproximadamente 4% da área total da região do Algarve, e tem uma população residente de 64.560 habitantes², o que representa 14,1% da população residente no Algarve. Este concelho agrega 4 freguesias: União das freguesias de Faro - Sé e S. Pedro, e Montenegro que são consideradas áreas predominantemente urbanas; União das freguesias da Conceição e Estoi) e Santa Bárbara de Nexe que são consideradas áreas predominantemente rurais por força da Lei 11-A/2013, de 28 de janeiro, chama-se a atenção para o facto da nova divisão administrativa das freguesias ser posterior à data de publicação dos resultados definitivos dos Censos 2011, pelo que a leitura do presente documento, de ora em diante, deverá ter em conta esse facto.

1.1.1 População residente

De acordo com os Censos de 2011 – resultados definitivos, o concelho de Faro apresenta uma densidade populacional de 318,74 hab./Km², tendo, à data do levantamento censitário, uma população residente de 64.650 habitantes que apresentava a seguinte distribuição por freguesia: 44. 119 habitantes na União das freguesias de Faro (Sé e S. Pedro); 8.149 habitantes na freguesia de Montenegro; 4.116 habitantes na freguesia de Santa Bárbara de Nexe e 8.176 habitantes na União das freguesias da Conceição e Estoi.

Quadro 1 - População residente e variações de crescimento por freguesia em 1991, 2001 e 2011

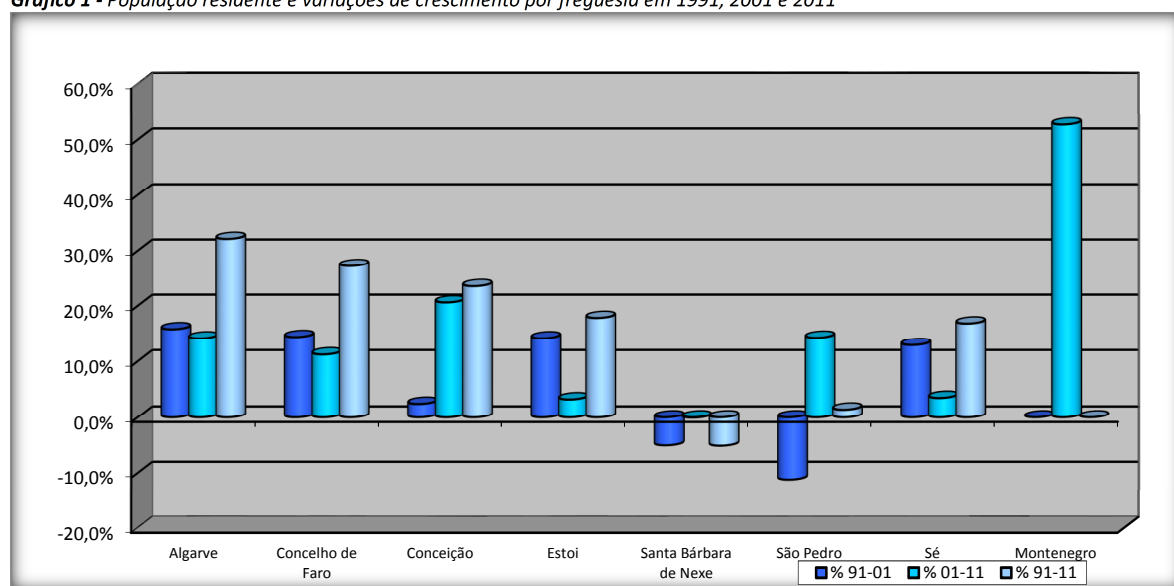
Unidade Territorial	1991	2001	2011	Variação 91-01	Variação 01-11	Variação 91-11	% 91-01	% 01-11	% 91-11
Algarve	341404	395218	451006	53814	55788	109602	15,8%	14,1%	32,1%
Concelho de Faro	50761	58051	64560	7290	6509	13799	14,4%	11,2%	27,2%
Conceição	3662	3751	8176*	89	773	862	2,4%	20,6%	23,5%
Estoi	3100	3538		438	114	552	14,1%	3,2%	17,8%
Santa Bárbara de Nexe	4338	4119	4116	-219	-3	-222	-5,0%	-0,07%	-5,1%
São Pedro	14374	12761	44119**	-1613	1816	203	-11,2%	14,2%	1,4%
Sé	25287	28546		3259	996	4255	12,9%	3,5%	16,8%
Montenegro	- ⁽¹⁾	5336	8149	-	2813	-	-	52,7%	-

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 (Resultados Definitivos)

- ⁽¹⁾ A freguesia do Montenegro não existia no ano 1991, tendo sido criada a 20 de Junho de 1997.

* Censos 2011 – União das freguesias da Conceição e Estoi; **União das freguesias de Faro

Gráfico 1 - População residente e variações de crescimento por freguesia em 1991, 2001 e 2011



Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 (Resultados Definitivos)

¹ Câmara Municipal de Faro, Divisão de Sistemas de Informação e Comunicações/SIG, Agosto de 2012

² INE, Censos 2011 (Resultados definitivos)

Os dados sobre a população já disponíveis para as freguesias permitem verificar que foi na freguesia do Montenegro que se verificou o maior dinamismo demográfico do concelho no último decénio. Neste período, as freguesias que integram o “Sistema Urbano de Faro” (Sé, São Pedro e Montenegro), apresentaram um crescimento demográfico de 5625 habitantes, passando de 46.643 para 52.268 habitantes, sendo de destacar que este valor corresponde a 80,96% da população do concelho, em 2011.

Os restantes 12.292 residentes distribuem-se pelas três freguesias rurais com valores de população relativamente equivalentes mas onde se destaca o crescimento de 20,6% da freguesia da Conceição no último decénio.

Dos dados referentes às três freguesias que integram o “Sistema Urbano de Faro” (Quadro 1) destacam-se os seguintes aspetos:

- O contínuo crescimento demográfico nas freguesias da Sé e S. Pedro entre 1991 e 2011, e uns valores para a freguesia do Montenegro que não contrariam essa tendência;
- O grande crescimento de freguesia de Montenegro, 2.813 residentes, entre 2001 e 2011, correspondendo a uma taxa de crescimento de 52,7%;
- A quebra do ritmo de crescimento da freguesia da Sé entre 2001 e 2011, tendo passado de uma taxa de crescimento, na década de 1991-2001, de 12,9% para 3,5% na década seguinte;
- A estabilização da tendência de crescimento da população na freguesia de São Pedro.

Há ainda a referir o consecutivo decréscimo populacional registado, no período em análise, pela freguesia de Santa Bárbara de Nexe. O que denota, nas duas últimas décadas, uma fraca capacidade desta freguesia para fixar população.

Quadro 2 - População presente e variações de crescimento por freguesia em 1991, 2001 e 2011

Unidade Territorial	1991	2001	2011	Variação 91-01	Variação 01-11	Variação 91-11	% 91-01	% 01-11	% 91-11
Algarve	367825	420166	462862	52341	42696	95037	14,2%	10,2%	25,8%
Concelho de Faro	51848	59799	63467	7951	3668	11619	15,3%	6,1%	22,4%
Conceição*	3661	3633	4365	-28	732	704	-0,8%	20,1%	19,2%
Estoi*	3164	3661	3701	497	40	537	15,7%	1,1%	17,0%
Santa Bárbara de Nexe	4407	4283	3981	-124	-302	-426	-2,8%	-7,1%	-9,7%
São Pedro*	14653	12958	14198	-1695	1240	-455	-11,6%	9,6%	-3,1%
Sé*	25963	29707	28961	3744	-746	2998	14,4%	-2,5%	11,5%
Montenegro	- ⁽¹⁾	5557	8261	-	2704	-	0,0%	48,7%	-

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 (Resultados Definitivos)

- ⁽¹⁾ A freguesia do Montenegro não existia no ano 1991, tendo sido criada a 20 de Junho de 1997.

De acordo com os resultados definitivos dos Censos 2011, o concelho de Faro apresenta uma população presente de 63.467 habitantes, inferior à população residente naquele momento censitário (64.650 hab.). Tal observação vem contrariar a tendência registada nos dois momentos censitários anteriores (1991 e 2001) em que a população presente era claramente superior à população residente.

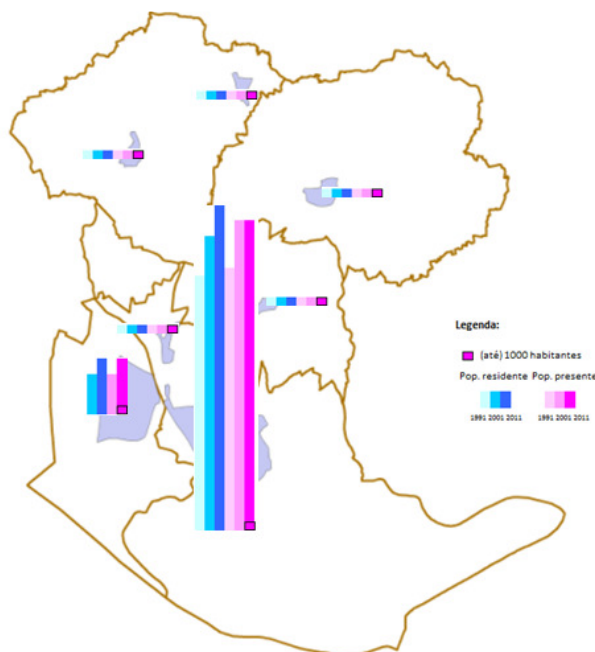
A população presente (resultados definitivos dos Censos 2011) apresenta, no concelho de Faro, a seguinte distribuição por freguesia: 43.159 habitantes na União das freguesias de Faro (Sé e de São Pedro); 8.261 habitantes na freguesia de Montenegro; 3.981 habitantes na freguesia de Santa Bárbara de Nexe e 8.066 habitantes na União das freguesias de Conceição e Estoi. A União das freguesias de Faro (Sé e de São Pedro) apresenta, nos últimos Censos, a mesma tendência do concelho, já referida, ou seja, de perda de população presente relativamente à população residente. Excetuam-se desta constatação as freguesias de Montenegro e da União das freguesias de Conceição e Estoi que, em 2011, apresentam uma população presente superior à residente.

A figura seguinte ilustra a relação entre a população residente e a população presente nos três momentos censitários em análise e nos aglomerados urbanos mais relevantes do concelho de Faro.

Uma leitura rápida permite-nos concluir que no último decénio a cidade de Faro e a Conceição de Faro apresentam uma população presente inferior à população residente, resultados que contrariam a tendência

verificada nos decénios anteriores, em particular na cidade de Faro em que o diferencial era superior a 1000 pessoas presentes face às residentes.

Figura 3 - Representação gráfica comparativa entre população residente e população presente por aglomerado urbano mais representativo do concelho de Faro, em 1991, 2001 e 2011



Fonte: INE – Censos 1991; 2001 e 2011 (Resultados Definitivos)

Quadro 3 – População residente com valores estimados

Unidade Territorial	2012	2013	2014	2015	2016
Algarve	444.390	442.358	441.468	441.929	441.469
Faro	62.281	61.749	61.214	61.019	61.073

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Algarve – 2012 a 2016

Quadro 4 – Indicadores Demográficos

Indicadores sobre a população	Unidade	2001	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Taxa de crescimento efetivo	%	-	0,08	-1,42	-1,55	-0,87	-0,32	0,09
Taxa de crescimento natural	%	-	0,13	0,03	-0,15	-0,75	-0,06	-0,05
Taxa de crescimento migratório	%	-	-	-1,45	-1,40	-0,02	-0,26	0,14
Taxa bruta de natalidade	‰	11,0	10,7	10,0	8,6	9,5	9,9	10,9
Taxa bruta de mortalidade	‰	9,9	9,2	9,7	10,2	10,3	10,5	11,4
Taxa bruta de nupcialidade	‰	5,04	4,8	5,1	4,5	4,3	3,7	3,0
Taxa de fecundidade geral	‰	41,02	43,8	41,7	37,3	41,7	43,8	48,6
Taxa bruta de divórcio	‰	2,8	2,7	3,3	2,6	2,6	2,7	2,6
Índice de longevidade	N.º	43,1	48,8	47,3	47,1	47,2	46,9	46,6
Índice de envelhecimento	N.º	106,4	126,0	123,0	127,9	132,0	135,5	136,3
Índice de dependência de idosos	N.º	22,7	27,6	28,4	29,9	31,0	31,9	32,9
Relação de masculinidade	N.º	93,6	91,8	91,2	91,5	91,3	90,4	90,4
Nados vivos	N.º	635	689	626	542	587	607	665
Óbitos	N.º	576	597	607	636	634	643	697

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Algarve – 2012 a 2016

A população residente no concelho de Faro, no final do ano de 2016, foi estimada em 61.073 residentes, tendencialmente crescente face ao ano anterior, tendo à data do levantamento 61.019 residentes, de que resultou uma taxa de crescimento efetivo positiva em 2016 (0,09%), relativamente ao ano precedente. Para esta evolução concorreu valor negativo quer da taxa de crescimento natural (-0,05%) e quer valor positivo da taxa de crescimento migratório (0,14%).

A população residente no concelho tem vindo a sofrer um envelhecimento demográfico, como resultado do aumento da fecundidade e do declínio da longevidade. Em 2016, o número de nados vivos de mães residentes no concelho foi de 665, que se traduz numa taxa bruta de natalidade de 10,9‰ nados vivos. No que se refere à mortalidade, em 2016 o número de óbitos de residentes foi de 697, contra 643 ocorridos em 2015, traduzindo-se numa taxa bruta de mortalidade de 11,4‰ óbitos.

1.1.2 Densidade populacional

A análise da distribuição da população por freguesia (2011) permite-nos identificar a concentração espacial da população. A maior concentração regista-se nas freguesias urbanas, na zona sul do concelho, como é o caso de São Pedro (1.082,18 hab./km²), Sé (482,08 hab./km²) e Montenegro (384,57 hab./km²), seguidas pelas freguesias medianamente urbanas, como Conceição (207,43 hab./km²) e Santa Bárbara de Nexe (107,72 hab./km²), e por último, pela freguesia rural, Estoi (78,39 hab./km²).

Há contudo, que considerar que a freguesia da Sé é ocupada em cerca de $\frac{3}{4}$ da sua superfície pela Ria Formosa o que distorce este indicador quando utilizado isoladamente.

Quadro 5 - Densidade Populacional de 1991, 2001 e 2011

Unidade territorial	Área Km ² ⁽¹⁾	Pop. residente 1991	Pop. residente 2001	Pop. residente 2011	Dens. pop. 1991	Dens. pop. 2001	Dens. pop. 2011
Algarve	4.996,80	341.404	395.218	451.006	68,32	79,09	90,26
Concelho de Faro	202,57	50.761	58.051	64.560	250,61	286,60	318,74
Conceição	21,81	3.662	3.751	4.524	167,90	171,99	207,43
Estoi	46,59	3.100	3.538	3.652	66,54	75,94	78,39
Santa Bárbara de Nexe	38,21	4.338	4.119	4.116	113,53	107,80	107,72
São Pedro	13,47	14.374	12.761	14.577	1.067,11	947,36	1.082,18
Sé	61,28	25.287	28.546	29.542	412,65	465,83	482,08
Montenegro	21,19	-	5.336	8.149	-	251,82	384,57

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 (Resultados Definitivos)

- ⁽¹⁾ Câmara Municipal de Faro, Divisão de Sistemas de Informação e Comunicações/SIG, Agosto de 2012
Densidade Populacional = População residente/Área Km²

Quadro 6- Densidade Populacional de 2012 a 2016

Unidade Territorial	Área Km ²	Pop. Residente 2012	Pop. Residente 2013	Pop. Residente 2014	Pop. Residente 2015	Pop. Residente 2016	Dens. Pop. 2012	Dens. Pop. 2013	Dens. Pop. 2014	Dens. Pop. 2015	Dens. Pop. 2016
Algarve	4.996,80	444.390	442.358	441.468	441.929	441.469	88,93	88,53	88,35	88,44	88,35
Concelho de Faro	202,57	62.281	61.749	61.214	61.019	61.073	308,55	304,83	302,19	301,22	301,49

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Algarve (Valores estimados) – 2012 a 2016

Nota: No concelho de Faro, em 2012, a área está registado 201,85 km²

1.1.3 Grupos etários

Em termos de estrutura etária e no que respeita aos três grandes grupos etários da população - Crianças e Jovens (até aos 14 anos), População Ativa (15-64 anos) e População Idosa (com idade superior a 65 anos), verificam-se algumas diferenças na sua distribuição ao longo do território. As freguesias que apresentam maior percentagem de população jovem são as freguesias urbanas, da faixa sul e litoral do concelho, e a União das freguesias de Conceição e Estoi (com 14,3% de pop. Jovem). O mesmo acontece com a percentagem da população ativa. Já com o grupo de população idosa sucede o contrário, as freguesias com maior percentagem de população deste grupo são as duas do interior do concelho, Santa Bárbara de Nexe e a União das freguesias de Conceição de Estoi, que se inserem já na faixa do barrocal, e que revelam maior tendência de envelhecimento.

A freguesia de Santa Bárbara de Nexe apresenta a maior percentagem de população idosa (27,6%), dados que são consentâneos com o facto de esta freguesia ter, nos últimos 20 anos perdido população residente, conforme já se referiu.

Quadro 7 - População segundo grandes grupos etários, em 2011 (Algarve, concelho de Faro e suas freguesias)

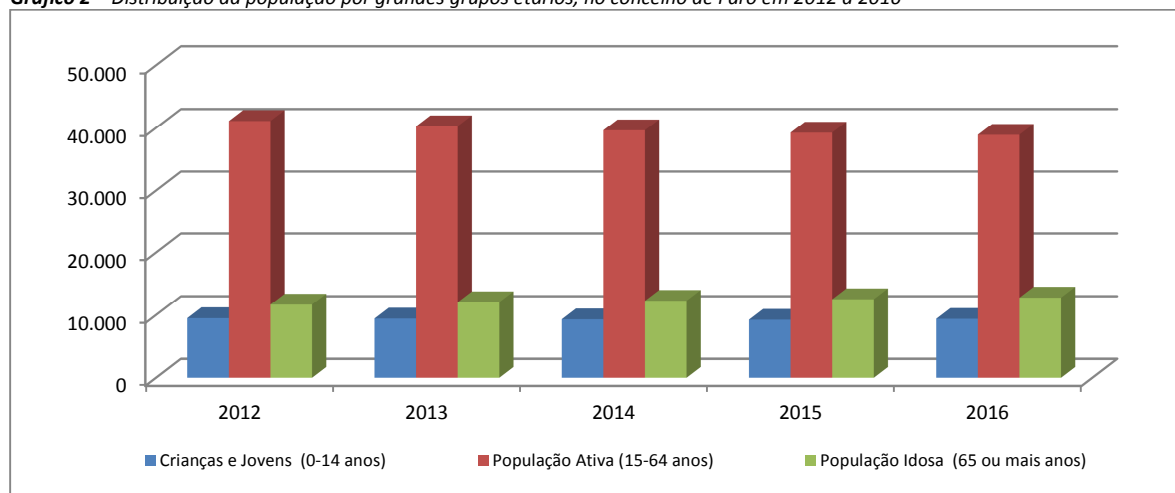
Unidade Territorial	População Residente Total	Crianças e Jovens (0-14 anos) Total	%	População Ativa (15-64 anos) Total	%	População Idosa (65 ou mais anos) Total	%
Algarve	451006	66974	14,8%	296263	65,7%	87769	19,5%
Faro	64560	9400	14,6%	43506	67,4%	11654	18,1%
Santa Bárbara de Nexe	4116	491	11,9%	2491	60,5%	1134	27,6%
Montenegro	8149	1437	17,6%	5667	69,5%	1045	12,8%
União das freguesias de Conceição e Estoi	8176	1169	14,3%	5368	65,7%	1639	20,0%
União das freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	44119	6303	14,3%	29980	68,0%	7836	17,8%

Fonte: Censos 2011 – Resultados Definitivos

Quadro 8 – População segundo grandes grupos etários, em 2012 a 2016 no concelho de Faro

Anos	População Residente	Crianças e Jovens (0-14 anos)	População Ativa (15-64 anos)	População Idosa (65 ou mais anos)
2012	62.281	9.494	41.110	11.677
2013	61.749	9.428	40.263	12.058
2014	61.214	9.308	39.619	12.287
2015	61.019	9.246	39.241	12.532
2016	61.073	9.384	38.895	12.794

Fonte: INE, valores estimados através Anuários estatísticos da Região Algarve, 2012 a 2016

Gráfico 2 – Distribuição da população por grandes grupos etários, no concelho de Faro em 2012 a 2016


Fonte: Produção própria da DDEPT no município de Faro através do INE, Anuários Estatísticos da Região Algarve 2012 a 2016

Em 2016, o número de jovens (com idade compreendida entre os 0 e os 14 anos) era de 9.384 indivíduos (15,4% do total da população residente), o grupo dos 15 aos 64 anos contava com 38.895 indivíduos (com um peso de 63,7%) e o número de idosos (pessoas com 65 ou mais anos de idade) atingia os 12.794 indivíduos (20,9%). Esta distribuição etária concorre para um índice de envelhecimento elevado, já que se verificam 136,3 pessoas idosas por cada 100 jovens (vide no quadro).

1.2 Nível de vida

Para identificarmos o nível de vida no município de Faro recorreremos a dois tipos de dados. Um primeiro, baseado no montante do ganho médio mensal dos indivíduos. Um segundo, baseado no seu poder de compra que, por si só, constitui um indicador compósito e não deve ser confundido com qualquer uma das variáveis a que corresponda um âmbito concetual bem delimitado, como sejam o rendimento ou o consumo das famílias.

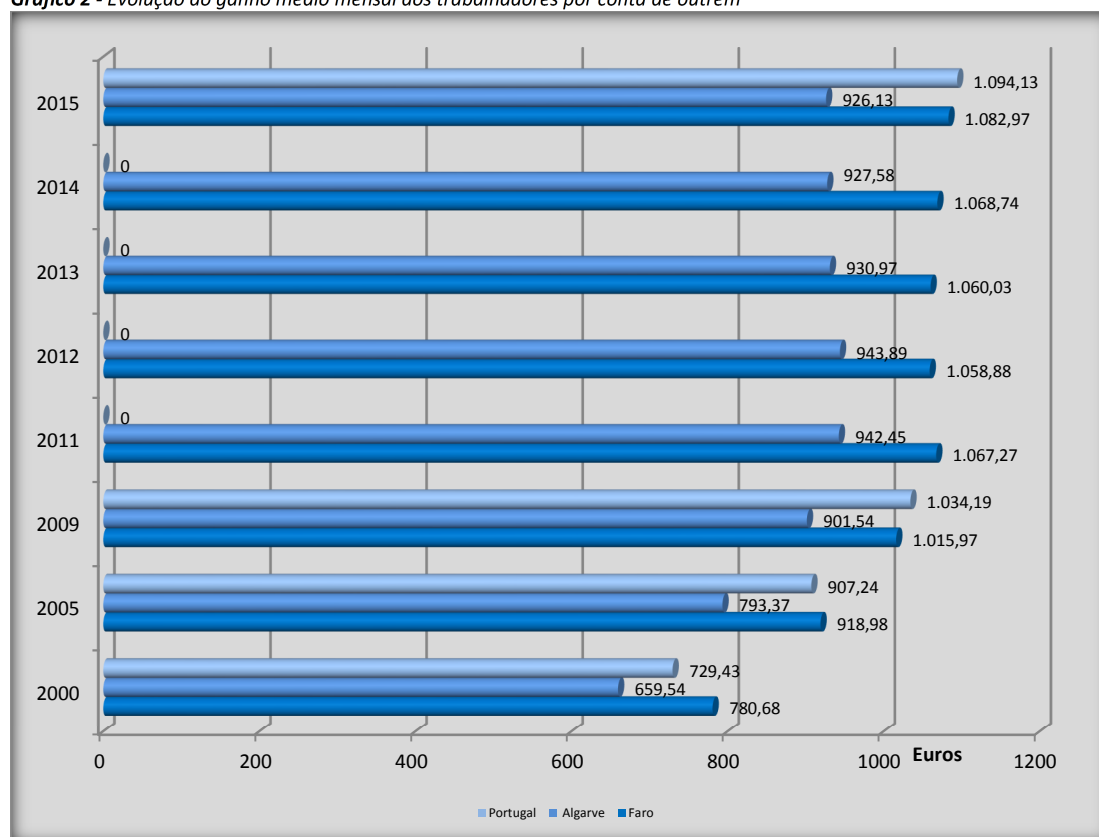
Na nossa sociedade, tendencialmente terciarizada, predominam os trabalhadores por conta de outrem, motivo pelo qual escolhemos esta parcela da população ativa para abordarmos o indicador em apreço.

1.2.1 Ganho médio mensal

Pela leitura do gráfico seguinte é evidente a preponderância do poder de compra da população residente em Faro relativamente à Região. Para tal contribuirá a concentração do emprego qualificado em Faro, decorrente da elevada presença de serviços desconcentrados da Administração Central, de equipamentos com influência regional, como a Universidade e o aeroporto, e de empresas especializadas atraídas pela proximidade dos serviços administrativos e equipamentos dos quais dependam para o seu exercício.

Comparando o ano de 2000 com o ano de 2015, no concelho de Faro os trabalhadores por conta de outrem auferiam uma média mensal de 1.082,97€, superior à média mensal de 926,13€, auferida no resto da região do Algarve, o que corrobora a superioridade do nível de vida registado no ponto anterior. Este valor foi superior em 38,7% do observado no ano de 2000.

Gráfico 2 - Evolução do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem



Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Algarve – 2000, 2006, 2011 a 2016

De facto, a leitura do quadro seguinte, também nos indica que os rendimentos auferidos pelos trabalhadores por conta de outrem no sector terciário referente aos anos de 2009 até 2015 são, no concelho de Faro, superiores à média regional. O mesmo se regista no sector secundário.

Apenas o sector primário apresenta auferimentos no concelho de Faro inferiores à média regional. O que se compreende pela forte vocação do aglomerado urbano de Faro para os serviços que, ao longo do tempo, tem retirado expressividade ao sector primário no concelho.

Quadro 9 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sector de atividade e o sexo

Unidade Territorial	Anos	Total			Primário CAE: A			Secundário CAE: B - F			Terciário CAE: G - U		
		HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Algarve	2009	901,54	985,75	807,65	795,22	861,00	669,09	911,36	930,77	828,97	901,95	1.014,41	808,13
	2011	942,45	1.032,31	848,31	835,55	876,43	749,16	963,47	983,35	888,71	941,37	1.054,30	846,96
	2013	930,97	1.015,57	847,05	883,33	942,41	757,67	952,38	978,58	854,08	929,42	1.027,80	848,26
	2014	927,58	1.004,07	851,68	836,07	858,94	785,60	936,21	957,76	861,66	929,52	1.032,49	852,39
	2015	926,13	995,90	856,15	817,95	841,26	769,07	934,36	951,53	872,77	928,52	1.014,48	856,90
Faro	2009	1.015,97	1.127,59	893,17	679,32	751,38	601,87	976,70	984,49	943,76	1.031,29	1.185,33	895,62
	2011	1.067,27	1.189,71	948,20	799,44	891,24	674,39	1.003,76	1.014,18	967,44	1.084,06	1.248,34	952,11
	2013	1.060,03	1.178,24	948,82	740,07	821,36	631,49	1.048,86	1.060,28	1.010,16	1.069,80	1.216,36	951,98
	2014	1.068,74	1.181,92	965,38	741,37	799,73	671,65	1.005,53	1.033,89	917,29	1.088,17	1.232,06	976,14
	2015	1.082,97	1.189,13	982,23	704,17	733,36	669,76	1.015,06	1.047,64	907,22	1.105,59	1.243,77	995,42

Fonte: Anuários Estatísticos da Região Algarve 2011 a 2016

De acordo com os dados dos Quadros de Pessoal (do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social), o ganho médio mensal (ilíquido) dos trabalhadores/as por conta de outrem no concelho de Faro, em 2015, foi de 1 082,97 euros (dados mais recentes disponíveis). Este valor foi superior em 67 euros (6,6%), face ao observado no ano de 2009.

1.2.2 Poder de compra

A determinação do poder de compra a nível nacional é periodicamente elaborada pelo INE em parceria com a Universidade de Coimbra e pretende caracterizar os municípios portugueses sob o ponto de vista do poder de compra, na aceção lata de bem-estar material.

Em 2015³, o Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC) reteve 17 variáveis maioritariamente reportadas ao ano de 2017 e relativizadas pela população residente. Foram disponibilizados três indicadores - Indicador per Capita, Percentagem de Poder de Compra e Fator Dinamismo Relativo, sendo que o cômputo de qualquer um dos três indicadores para os agregados regionais NUTS I, II e III, bem como para o país, resulta da ponderação dos valores dos índices à escala municipal pelos pesos demográficos dos municípios nos diferentes espaços considerados.

Dos 308 municípios portugueses, 33 apresentavam, relativamente ao indicador do poder de compra per capita (IpC), valores acima da média nacional. Os resultados permitem destacar valores mais elevados de IpC nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e também em alguns municípios coincidentes com capitais de distrito. O indicador Percentagem de Poder de Compra (PPC) revela que 23 municípios concentravam 50% do poder de compra nacional e que os 35 municípios que integram as duas áreas metropolitanas do país ultrapassavam este limiar ao concentrarem 51% do poder de compra nacional.

Nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto destacam-se o município de Lisboa que apresentava o IpC mais elevado (214,5), mais do que duplicando o índice nacional, mas, nas 14 primeiras posições correspondentes a um IpC superior a 110, ainda se encontravam mais três municípios da Área Metropolitana de Lisboa: Oeiras (157,1), Cascais (122,7) e Alcochete (118,2).

A Área Metropolitana do Porto apresentava um valor de IpC (104,8) aquém do valor da Área Metropolitana de Lisboa (124,7), porém, acima da média nacional. No território metropolitano do Porto, destacavam-se os municípios do Porto (161,4), de São João da Madeira (136,1), de Matosinhos (123,7), da Maia (113,2) e do Espinho (104,6), que superavam também a média nacional.

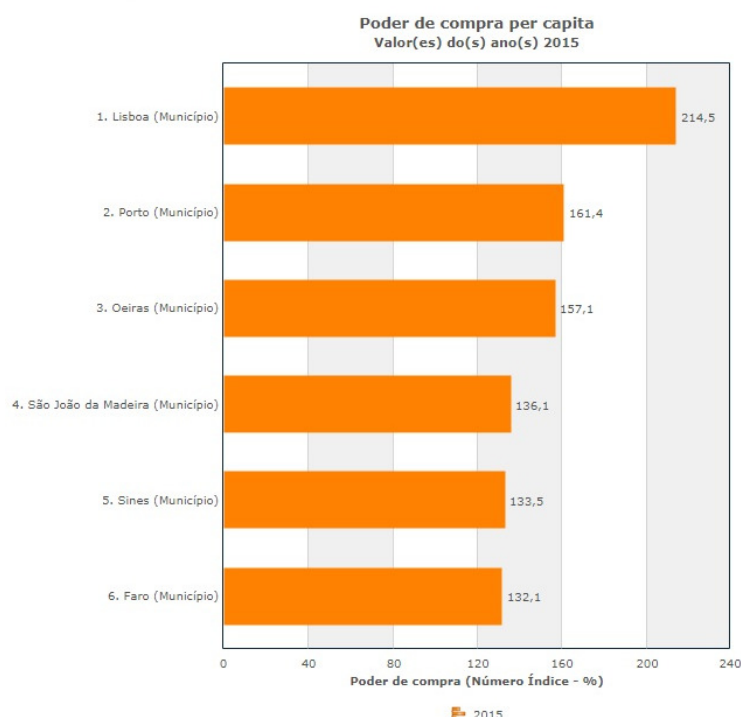
³ INE (2015) Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 12ª edição, acedido em 14 de Dezembro 2017 em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=281441617&DESTAQUESmodo=2

Além dos territórios metropolitanos, também os municípios correspondentes a algumas capitais de distrito revelavam, em 2015, através deste indicador, um poder de compra per capita manifestamente superior à média nacional, com relevância para Faro (132,1), Coimbra (131,5), Aveiro (125,1) e Évora (116,4).

Evidenciavam-se, ainda, a Sines (133,5), no Alentejo Litoral; o Funchal (115,3), na Região Autónoma da Madeira. Esta análise sugere, assim, uma associação positiva entre o grau de urbanização das unidades territoriais e o poder de compra aí manifestado quotidianamente (INE, 2015).

Verificamos pois, que o concelho de Faro em 2015 ocupava a sexta posição no ranking nacional do indicador per capita do Poder de compra concelhio, apenas ultrapassado, por ordem decrescente, pelos concelhos de Lisboa (que se destaca), pelo Porto, pela Oeiras, pelo São João da Madeira, e pelo Sines.

Figura 4 - Poder de compra per capita



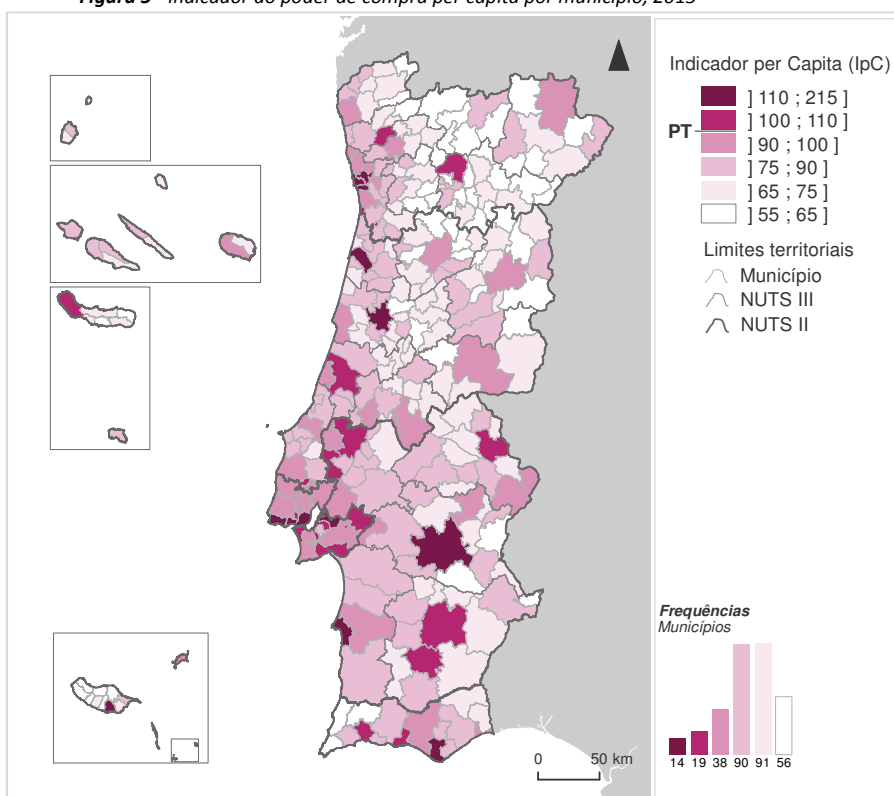
Fonte: INE – portal, elaborado em 28 de maio de 2014 a partir do seguinte endereço:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001354&contexto=bd&selTab=tab2

A análise espacial do mesmo indicador demonstra que o maior índice de poder de compra *per capita* se localiza nos concelhos do litoral (o que reforça a acentuada litoralização do país). Apenas algumas capitais distritais se destacam no interior do país, constituindo-se como polos catalisadores enquanto centros administrativos e cívicos com capacidade indutora de algum dinamismo económico.

A figura abaixo elucida-nos sobre o posicionamento de Faro, no contexto do território nacional, em relação à matéria em análise.

Figura 5 - Indicador do poder de compra per capita por município, 2015



Fonte: INE (2015) Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 12ª edição, acedido em 13 de Dezembro de 2017 em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=277100143&PUBLICACOESmodo=2

O indicador - **Percentagem de Poder de Compra (PPC)** - reflete o peso do poder de compra de cada município ou região no total do país (para o qual a PPC assume o valor de 100%). Trata-se de um indicador, que pretende avaliar a concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra *per capita* pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente.

Ao nível municipal, Faro insere-se dentro do grupo dos 65 municípios que contribuem em 1 % para o poder de compra nacional. Na região do Algarve nenhum município contribui em mais de 1% para o poder de compra nacional, sendo que apenas 7 deles apresentam esse tributo, os restantes apresentam desempenhos abaixo de 1%.

Apenas 22 municípios contribuem em mais de 1% para o poder de compra nacional, destacando-se Lisboa, no contexto nacional, ao representar 10% do poder de compra nacional. Os restantes 22 municípios integram-se nas áreas metropolitanas de Lisboa, Porto, algumas capitais de distrito e dois municípios da sub-região do Ave (Guimarães e Vila Nova de Famalicão).

Os restantes 220 municípios contribuem para o poder de compra nacional com menos de 1%.

O indicador - **Fator Dinamismo Relativo (FDR)** - pretende refletir o poder de compra, de manifestação geralmente sazonal, relacionado com os fluxos populacionais induzidos pela atividade turística e, portanto, associados à dinâmica comercial. O FDR é apresentado como variável estandardizada (com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1), adotando-se como unidade de medida, para efeitos de análise, o desvio padrão da respetiva distribuição municipal.

A região do Algarve é aquela que apresenta valores mais elevados de FDR. Em 2015, dos 16 municípios, a nível nacional, com um FDR superior ao desvio-padrão da distribuição, 11 situavam-se na região do Algarve: Albufeira, Vila do Bispo, Lagos, Loulé, Lagoa, Aljezur, Tavira, Castro Marim, Portimão, Vila Real de Santo António e Silves.

Faro integra o grupo dos 7 municípios que apresentam um valor de FDR situado entre 0, 5 e 1, bem como Porto Moniz e Porto Santo (Região Autónoma da Madeira), Monchique, São Brás de Alportel, Olhão (Algarve), e Odemira (Alentejo Litoral)

No outro extremo, com resultados menos significativos no FDR em 2015, encontravam-se sobretudo grandes centros urbanos como os municípios das áreas metropolitanas de Lisboa (Oeiras, Vila Franca de Xira e Barreiro) e do Porto (São João da Madeira e Valongo), capitais de distrito do Interior continental como Beja e Portalegre, mas também municípios do Alentejo (Castro Verde, Campo Maior e Vendas Novas), do Médio Tejo (Entroncamento e Constância), da Região Autónoma dos Açores (Angra do Heroísmo) e do Oeste (Sobral de Monte Agraço). Este conjunto de 15 municípios apresentava valores de FDR iguais ou inferiores a -0,6.

Importa, igualmente, sublinhar a existência de municípios que apresentavam valores de IpC e FDR simultaneamente elevados em 2015. Nesta perspetiva, destacam-se os municípios do Algarve, sobretudo Albufeira, Portimão e Faro, mas também Cascais, Lisboa e Funchal. (INE, 2015).

Quadro 10 - Indicador composto do poder de compra

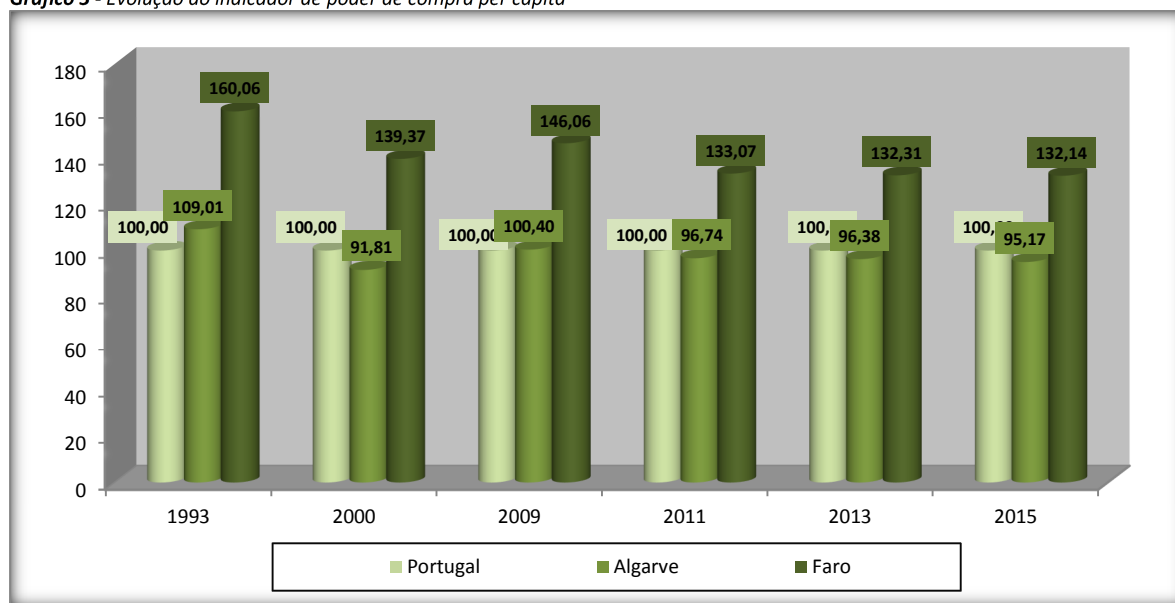
Localização	Poder de compra per capita				Porporção de poder de compra				Fator dinamismo relativo de poder de compra			
	2009	2011	2013	2015	2009	2011	2013	2015	2009	2011	2013	2015
Portugal	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-0,179	-0,092	-0,058	-0,009
Algarve	100,4	96,74	96,38	95,17	4,096	4,094	4,089	4,067	3,450	3,125	3,261	3,261
Faro	146,06	133,07	132,31	132,14	0,806	0,797	0,778	0,780	0,712	0,674	0,550	0,609

Fonte: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=107719486&DESTAQUESmodo=2

O gráfico seguinte indica-nos a evolução do índice de poder de compra *per capita* do concelho de Faro em três décadas distintas (1993, 2000, 2009, 2011 e 2015). De um modo geral verifica-se que o valor deste indicador para o concelho de Faro é sempre superior ao valor médio para a Região do Algarve, o que revela uma supremacia do poder de compra *per capita* em Faro.

Outra análise relevante respeita ao facto do valor mais elevado ter sido registado na década de 90, e ter decrescido consideravelmente no ano de 2000, em 2009 aumentou, porém de 2011 a 2015 os valores deste indicador têm baixado, conforme se pode verificar no gráfico 3. Em 2009 e 2011, Faro ocupou o quinto lugar no *ranking* nacional deste indicador. Este valor, apesar de ser superior ao registado no início da mesma década, ainda não atinge o valor de 1993, facto que nos permite afirmar que a década de 90 do século XX, constituiu o período em que os farenses gozaram de um maior poder de compra *per capita*.

Gráfico 3 - Evolução do indicador de poder de compra per capita



Fonte: INE – Estudo sobre o poder de compra concelhio (EPCC) 1993, 2000, 2009, 2011, 2013 e 2015

1.3 Equipamentos e acessibilidades

Entende-se por equipamentos de utilização coletiva, independentemente da sua natureza pública ou privada, as edificações destinadas à prestação de serviços à coletividade (saúde, educação, assistência social, segurança, proteção civil, etc.), à prestação de serviços de carácter económico (mercados, feiras, etc.) e à prática pela coletividade de atividades culturais, desportivas, ou de recreio e lazer.

No âmbito dos equipamentos de carácter económico, mais precisamente no sector da logística, há a considerar o Mercado Abastecedor da Região de Faro (MARF) que, por se caracterizar como sendo um moderno Centro Logístico, constitui um importante equipamento estruturante de interesse público, fundamental para o desenvolvimento regional e ordenamento urbano e comercial do Algarve. Esta estrutura dispõe de um conjunto de novos e funcionais espaços destinados aos diversos operadores do ramo alimentar e não alimentar, preparadores, armazenistas, distribuidores, transportadores, tal como a outros prestadores de serviços em atividades complementares

Faro enquanto capital distrital, atraiu a si, não só os equipamentos de influência regional, mas também as infraestruturas, de entre as quais se destacam as de transportes distribuídas por todas as modalidades: rodoviária; aérea; ferroviária e marítima/fluvia, sendo de salientar o seu aeroporto internacional.

Ao nível das acessibilidades rodoviárias, o concelho encontra-se servido pela rede nacional fundamental que lhe permite a conexão ao resto do país e a Huelva (IP1-A2 e A22) e pela rede nacional complementar que assume um carácter estruturante para a região, atravessando-a longitudinalmente e permitindo a ligação ao aeroporto (EN 125 e EN 125-10). A malha rodoviária estruturante do concelho é completada pelo eixo que estabelece a ligação Norte/Sul e assegura a ligação às sedes de freguesia do interior do concelho, aos aglomerados do Barrocal algarvio e ao Alentejo. Para além destas infraestruturas de âmbito nacional e regional, a rede rodoviária do concelho é constituída por um conjunto de estradas municipais que embora possuam um nível de serviço inferior, desempenham uma função essencial na acessibilidade intra-concelhia, assegurando a ligação dos aglomerados de menor dimensão à sede do concelho⁴.

Ao nível da acessibilidade ferroviária o concelho encontra-se conectado à Linha do Sul que liga a região a Lisboa e ao resto do país, através da Linha do Algarve que atravessa longitudinalmente a região entre Lagos e Vila Real de Santo António. Também nesta modalidade o nível de acessibilidade é muito bom, considerando que a estação ferroviária se localiza no centro da cidade de Faro (sede do concelho), não obstante a falta de modernização da infraestrutura ferroviária, do material circulante e da reduzida flexibilidade dos horários e da intermodalidade, o que lhe retira bastante atratividade.

No âmbito das acessibilidades, há ainda a referir o Porto Comercial de Faro, que já teve bastante importância no transporte de mercadorias por via marítima, mas cuja utilização tem vindo a decair desde que o aeroporto deixou de ser abastecido por esta via.

O concelho de Faro insere-se no subsistema litoral central do Algarve, que abrange a faixa litoral entre Lagos e Tavira e que é caracterizado pelo seu desenvolvimento económico, por uma intensa urbanização difusa e índices demográficos mais elevados, por interesses imobiliários e uma forte concentração turística e por bons padrões de acessibilidade⁵. A este fenómeno de urbanização difusa está associado um elevado índice de dependência do automóvel para a satisfação das necessidades diárias dos seus habitantes.

O mesmo fenómeno ocorre dentro da malha urbana dos maiores aglomerados urbanos, de que Faro é um caso exemplificativo, em virtude dos equipamentos sociais e serviços se encontrarem dispersos e em localizações periféricas, o que obriga a inúmeros movimentos pendulares que congestionam as cidades. No caso de Faro existe a agravante de boa parte do tráfego regional entrar no tecido urbano apenas por uma questão de atravessamento.

Os transportes coletivos rodoviários, pelas características que apresentam e se prendem com as baixas frequências, horários desajustados à procura existente e ainda, por questões de comodidade, não têm conseguido responder às necessidades de deslocação da população, pelo que não têm conseguido captar o mercado potencial que existe ao seu alcance.

Para melhor entendermos o impacto dos movimentos pendulares atente-se à análise evolutiva da população residente empregada e estudante no concelho de Faro, quanto ao seu comportamento ao nível das

⁴ O Aeroporto Internacional de Faro como oportunidade para o desenvolvimento competitivo da região do Algarve-Relatório Final (maio 2008), consórcio Augusto Mateus e Associados, Bruno Soares-arquitetos e DHV

⁵ Plano de Mobilidade Sustentável – Faro|2007, UAlg e CMFaro

deslocações. De acordo com o Estudo de Mobilidade Interurbana do “Algarve Central”⁶, 87% da população empregada e estudante residente no concelho de Faro, em 2001, trabalhava e estudava no concelho, sendo apenas de 13% a parcela dessa população que se deslocava para fora do concelho. Ainda de acordo com o mesmo estudo, o concelho de Faro gera internamente, em 2012, 46.297 viagens diárias (origem/destino - dados retirados dos inquéritos ao transporte individual realizados em março 2012).

Perante este volume de veículos e passageiros, justificar-se-á que se desenvolvam novos esforços para que se promova a implementação de um sistema de transporte coletivo mais coerente, integrado e naturalmente mais atrativo.

Passamos neste ponto a efetuar um retrato tão preciso quanto possível da dotação do município de Faro em equipamentos nos principais sectores de suporte social.

1.3.1 Educação

*“Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio”
(Freire, 1967, p.35)*

A Educação compreende uma abrangência e complexidade conceptual que a fundamenta, e que passa pela necessidade incontestável de realização humana, a afirmação dos homens e mulheres que deverão ser capacitados para marcar o seu papel enquanto membros de uma determinada comunidade, sociedade, enquanto cidadãos de uma nação. Daqui se depreende que o ato educativo, a ação e a atividade educativas encerram uma dimensão utópica que sustenta o percurso de vida do indivíduo e que influencia o processo de desenvolvimento humano assim como o processo de desenvolvimento social e económico.⁷

No ano letivo 2015/2016, o concelho de Faro encontra-se coberto pela rede de estabelecimentos escolares da rede pública e privada /cooperativa que se indica na tabela seguinte:

Quadro 11 - Rede de Estabelecimentos Escolares do Concelho de Faro

Estabelecimentos	Rede	N.º	Rede	Nº	N.º Total
Creche	Pública	0	Privada/ Solidária	27 ⁸	27
Jardim de Infância/Pré- Escolar	Pública	8	Privada/ Cooperativa	25	33
1.º Ciclo Ensino Básico	Pública	20	Privada/ Cooperativa	5	25
2.º/3.º Ensino Básico	Pública	6	Privada/ Cooperativa	1	7
Secundário	Pública	3	Privada/ Cooperativa	0	3
Superior	Pública	8	Privada/ Cooperativa	0	8
Total		45		58	103

Fonte: Carta Educativa do Concelho de Faro (2012 - 2017)

Faro apresenta, atualmente 45 estabelecimentos de ensino públicos: 8 do Pré-Escolar; 20 do 1.º Ciclo do Ensino Básico; 6 do 2.º/3.º Ciclo do Ensino Básico; 3 do Ensino Secundário e 8 do Ensino Superior.

A rede pública do parque escolar do concelho de Faro é constituída por 5 agrupamentos:

No ano letivo de 2016/2017 o parque escolar da rede pública é constituído por 8 espaços de educação pré-escolar/ jardim-de-infância (17 salas), 20 Escolas/Espaços do 1º ciclo do ensino básico, 6 escolas com 2º e 3º ciclos do ensino básico e 3 escolas secundárias. A redefinição da rede escolar que decorreu nos anos letivos

⁶ DHV (2012) Estudo de Mobilidade Interurbana do “Algarve Central”: Relatório de Caracterização e Diagnóstico (Doc. provisório)

⁷ Carta Educativa do Concelho de Faro 2012 – 2017, pág. 59

⁸ http://www.cartasocial.pt/resultados_pesquisageral.php?filtrar=hidden&cod_distrito=08&cod_concelho=05&cod_freguesia=0&cod_area=1&cod_valencia=1103&nome=&localpostal=&temCert=false

2012/13 e 2013/14 resultou, assim, na constituição de 5 agrupamentos de escolas, dos quais 3 que agregam as escolas secundárias, com as escolas básicas e os jardim-de-infância⁹:

1. Agrupamento de Escolas de João de Deus

- Escola Secundária João de Deus - (sede)
- Escola E.B.2,3 de Santo António
- Escola E.B.1 de Faro n.º 4 (Penha)
- Escola E.B.1 de Areal Gordo
- Escola E.B.1 da Ferradeira

2. Agrupamento de Escolas de Tomás Cabreira

- Escola Secundária Tomás Cabreira - (sede)
- Escola E.B. 2, 3 Dr. Joaquim de Magalhães
- Escola E.B.1 de S. Luís
- Escola E.B.1 do Bom João
- Escola E.B.1 /EBM da Ilha da Culatra

3. Agrupamento de Escolas de Pinheiro e Rosa

- Escola Secundária Pinheiro e Rosa - (sede)
- Escola E.B.2, 3 Dr. José Neves Júnior
- Escola E.B. 2,3 Poeta Emiliano da Costa
- Escola Básica da Lejana
- Escola E.B.1 de Faro n.º 5 (Vale Carneiros)
- Escola E.B.1 e Jardim de Infância de Santa Bárbara de Nexe
- Escola E.B.1 e Jardim de Infância de Conceição
- Escola E.B.1 de Estoi
- Escola E.B.1 e Jardim de Infância da Bordeira

4. Agrupamento de Escolas D. Afonso III

- Escola E.B. 2, 3 D. Afonso III - (sede)
- Escola E.B.1 do Alto Rodes
- Escola E.B.1 e Jardim de Infância do Carmo

5. Agrupamento de Escolas de Montenegro

- Escola E.B.1 e Jardim de Infância do Montenegro (escola sede que engloba Pré-escolar, o 1.º Ciclo e 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico).
- Escola E.B.1 da Ilha do Ancão
- Escola E.B.1 de Marchil
- Escola E.B.1 do Patacão

1.3.1.1 Creches

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família”¹⁰.

As creches, apesar de não integrarem a rede pública, existem nas 4 freguesias do concelho de Faro, contando-se com 23 estabelecimentos da rede privada/solidária¹¹.

O concelho de Faro conta em 2017 com 23 creches com uma capacidade instalada para 1323 crianças e registava 1170 utentes, o que perfaz uma taxa de utilização de cerca de 88%. Todas as freguesias possuem

⁹ - 8º Relatório de Atualização e Monitorização da Carta Educativa (2016-2017)

¹⁰ <http://www.cartasocial.pt/conceitos.php?img=10#cj3> – (Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa).

¹¹ http://www.cartasocial.pt/resultados_pesquisageral.php?filtrar=hidden&cod_distrito=08&cod_concelho=05&cod_freguesia=0&cod_area=1&cod_valencia=1103&nome=&localpostal=&temCert=false

creche, embora o maior número de creches, bem como das crianças que frequentam esta valência, encontrem-se na freguesia de Faro, mais precisamente na cidade.

Quadro 12 – Equipamentos existentes (Creches) no Concelho de Faro

Freguesia	Equipamento	Capacidade	Utentes
União das Freguesias de Conceição e Estoi	Centro Comunitário de Estoi	66	66
União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	Colégio Oficina Divertida, Lda.	63	26
União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	Cooperativa de Consumo Popular de Faro	54	33
União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	Creche "O Girassol"	58	53
União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Faro	75	73
União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	Creche Estrela do Mar	17	16
União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	Creche Malta Pequena	60	58
União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	Centro Infantil "Despertar"	52	52
União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	Instituto D. Francisco Gomes	46	41
União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	Creche da Torre de Natal	42	26
União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	Superescola	41	32
União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	Creche e Jardim de Infância da Penha	56	56
União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	Creche "Os Vivaços"	68	68
União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	Centro de Bem Estar Infantil da Nossa Senhora de Fátima - Faro	73	73
União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	Os Amorzinhos	45	18
União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	Centro Infantil do Hospital de Faro	35	35
União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	Casa de Santa Isabel	42	41
Montenegro	Bela Infância	54	53
Montenegro	Planeta de Fantasia	71	71
Montenegro	Creche o Relógio - Pólo Gambelas	58	56
Montenegro	Centro Infantil do Montenegro - Os Vivaços	84	84
St.ª Bárbara de Nexe	Centro de Bem Estar Infantil da Falfosa	97	88
St.ª Bárbara de Nexe	Centro de Bem-estar para a infância- Lar da Terceira Idade de SBN	66	51
Concelho de Faro	23	1323	1170

Fonte: Carta social (Gabinete de estratégia e Planeamento (atualização 31 janeiro de 2017)

1.3.1.2 Estabelecimento de Educação Pré-escolar

Trata-se da resposta, suportada por equipamento edificado, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

A educação pré-escolar da rede pública integra os estabelecimentos que funcionam diretamente dependentes da administração pública, central e local. A rede pública do ensino pré-escolar no ano letivo 2016/2017 era composta por 8 estabelecimentos de ensino, os quais estão expressos no quadro seguinte. Verifica-se que todas as freguesias possuem jardim-de-infância os quais acolhem 416 crianças.

A rede solidária do pré-escolar é a mais representativa contando com 1021 crianças. A rede privada conta com 308 crianças. A rede solidária e privada do ensino pré-escolar no concelho de Faro apresentava no ano letivo 2016/17, 1329 crianças.

Verifica-se que das 1745 crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar cerca de 23,84% frequentam os estabelecimentos da rede pública, 58,51% os estabelecimentos da rede social e 17,65% os da rede privada.

O Pré-Escolar encontra-se distribuído por 4 freguesias: União das freguesias de Faro, União das freguesias de Estoi e Conceição, Montenegro e 2 Santa Bárbara de Nexe.

1.3.1.3 Estabelecimento de Educação 1.º Ciclo do Ensino Básico

No que se refere ao 1º Ciclo, a cobertura estende-se a todo o concelho. Existem 20 escolas públicas, das quais 13 se localizam na união das freguesias Sé e São Pedro, 2 do Montenegro, 3 na união das freguesias de Conceição e Estoi e 2 de Santa Bárbara de Nexe, para um universo de 2369 alunos

No ano letivo de 2016/2017 o concelho de Faro tinha em funcionamento 5 estabelecimentos de ensino nos quais era ministrado o 1.º CEB pertencentes à rede particular e cooperativa, todos localizados na cidade de Faro, para um universo de 442 alunos.

No ano letivo 2016/17, dos 2.811 alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico, 84% frequentam os estabelecimentos de ensino da rede pública e 16 % os estabelecimentos de ensino da rede privada.

1.3.1.4 Estabelecimento de Educação 2.º/3.º Ciclo do Ensino Básico

No concelho de Faro, existem 6 estabelecimentos da rede pública de Educação 2.º/3.º Ciclo do Ensino Básico, são os seguintes:

Agrupamento	Escolas Básicas	Total	
		Alunos	Turmas
Escolas D. Afonso III	D. Afonso III	527	23
Escolas Tomás de Cabreira, Faro	Dr. Joaquim Rocha Peixoto Magalhães	1.099	43
Escolas Pinheiro e Rosa, Faro	Dr. José de Jesus Neves Júnior	348	16
Escolas João de Deus, Faro	Santo António	936	41
Escolas Pinheiro e Rosa, Faro	Poeta Emiliano da Costa, Estoi	336	17
Escolas de Montenegro, Faro	Montenegro	469	24
Total	6 escolas	3.715	164

O concelho de Faro é servido por 6 estabelecimentos de ensino onde é ministrado o 2.º e 3.º CEB, conforme expresso no quadro anterior. As escolas básicas localizam-se maioritariamente na freguesia de Faro, havendo uma escola em Conceição e Estoi e outra em Montenegro. O AE Pinheiro e Rosa é o único com duas escolas enquanto nos restantes agrupamentos existe uma escola em cada um.

O concelho de Faro dispunha em 2016/17 apenas de um estabelecimento da rede particular e cooperativa a lecionar o 2.º e 3.º CEB, designadamente o Colégio de N. Sr.ª do Alto localizado em Faro. Apresenta um total de 132 alunos, dos quais 58 pertencem ao 2.º CEB e 74 estão no 3.º CEB.

Uma das principais alterações que ocorreu ao longo do período foi o encerramento do Colégio Algarve no fim do ano letivo de 2012/13 onde se lecionava, além de outros, o 2.º CEB. Embora tenha ocorrido um aumento do n.º de alunos entre 2006/07 e 2008/09, até 2014/15 verifica-se um decréscimo de -21%, confirmando-se uma significativa diminuição do número de alunos que frequenta os estabelecimentos de ensino da rede privada e cooperativa. O presente ano letivo 2016/17, regista uma estabilização do número de alunos, comparativamente ao ano letivo anterior.

1.3.1.5 Estabelecimento de Educação do Ensino Secundário

No que se refere ao Ensino Secundário, existem 3 estabelecimentos no concelho de Faro, todos eles localizados na sede do concelho, nomeadamente a Escola Secundária Pinheiro e Rosa, concluída em 1994, a Escola Secundária João de Deus e a Escola Secundária Tomás de Cabreira.

No ano letivo 2016/2017 é na Escola Secundária Tomás de Cabreira que se regista um número superior de alunos (1.296), seguindo a Escola Secundária João de Deus (668) e a Escola Secundária Pinheiro e Rosa (501).

1.3.1.6 Ensino Superior

A Universidade do Algarve foi fundada em 1979 e caracteriza-se por congregar no seu seio unidades orgânicas de ensino superior universitário e de ensino superior politécnico¹². A Universidade do Algarve, encontra-se geograficamente dividida em quarto campus (Penha, Gambelas e Saúde) na cidade de Faro e um campus em Portimão, conta com 8 estabelecimentos de ensino superior, que correspondem a 3 Faculdades (Ciências e Tecnologia (FCT), Ciências Humanas e Sociais (FCHS) e Economia (FEUAlg)), 3 escolas superiores: educação e comunicação (ESEC); gestão, hotelaria e turismo (ESGHT) e saúde (ESSUAlg) e 1 Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina (DCBM)¹¹.

Conta atualmente com espaços amplos, infraestruturas e equipamentos que proporcionam excelentes condições de estudo, trabalho, investigação e socialização a uma população de 7501 alunos matriculados do ensino superior, 1300 alunos diplomados e 809 docentes no ano letivo 2016/2017¹³.

1.3.2 Saúde

O direito à saúde é em Portugal um direito constitucional e assiste a todos os cidadãos, independentemente da sua raça, género, credo, idade ou estrato social. A atribuição dos cuidados de saúde é, até aos dias de hoje, uma tarefa eminentemente pública.

Os dados mais recentes sobre indicadores de saúde para o concelho de Faro reportam-se a 2011 com referência a 2010 e 2011.

Quadro 13 - Cobertura do sistema de saúde

Região/Concelho	Hospitais	Centros de Saúde	
		Centros	Extensões
	N.º		
Algarve	8	16	65
Faro	3	1	7

Fonte: Administração Regional da Saúde do Algarve

O concelho de Faro apresenta uma cobertura de 37,5% do total dos hospitais existentes na Região e de 8,3% do total de centros de saúde e extensões.

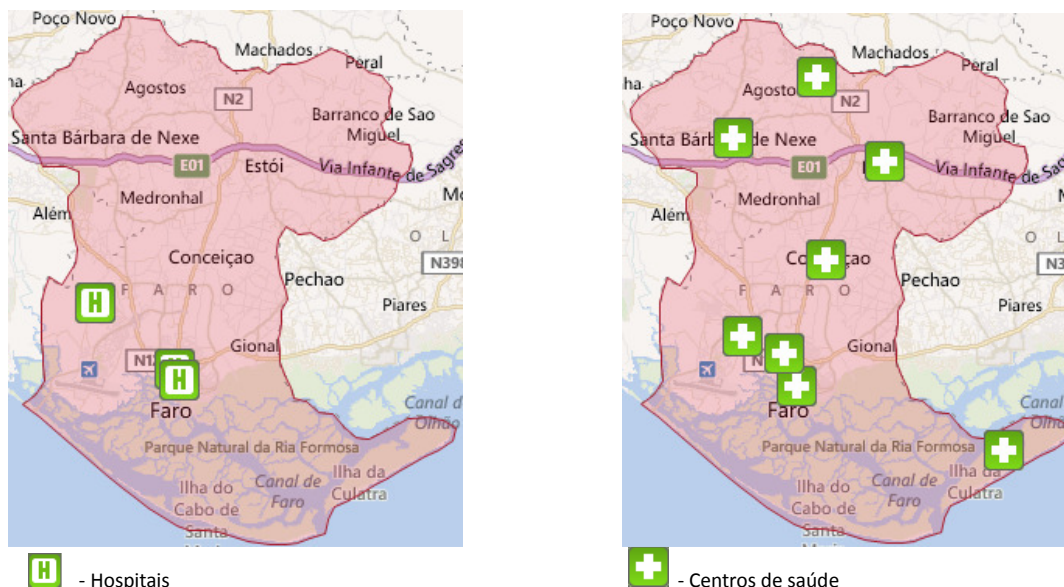
A cobertura do concelho no que concerne aos centros de saúde apresenta a seguinte estrutura: 1 sede em Faro e 7 extensões do centro de saúde distribuídas pelo território municipal (1 em Faro, 1 em Santa Bárbara de Nexe, 1 na Bordeira, 1 na Estoi, 1 na Conceição de Faro, 1 no Montenegro e 1 na Culatra).

De acordo com o Anuário Estatístico da Região Algarve 2011, no ano 2011 os profissionais de saúde totalizavam 193, dos quais 60 eram médicos, 53 enfermeiros e 80 integravam-se na categoria de outros.

¹² Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_do_Algarve

¹³ Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Algarve 2016

Figura 6 - Mapa dos equipamentos de saúde do concelho de Faro



Fonte: Site do Município de Faro, elaborado em 12 de Abril de 2012, a partir do seguinte endereço:

http://cm-faro.pt/externalPages/mapa_concelho/default.aspx#/saude/centros-de-saude

O Hospital Central de Faro é a unidade hospitalar de referência do sotavento algarvio. Dotado de todas as valências básicas e complementares, ao nível da classificação de nível II da Carta Hospitalar, serve a população residente no concelho e na região, população que sazonalmente pode duplicar ou triplicar.

O concelho conta ainda com Hospital Privado de Santa Maria de Faro instalado num edifício antigo da cidade (da família Mateus da Silveira) requalificado e readaptado para a instalação desta unidade de saúde e com o Hospital Particular do Algarve, que se localiza em terrenos próximos do campus universitário de Gambelas e foi inaugurado em 2009. Esta última unidade possui instalações modernas, bem preparadas e tecnologicamente evoluídas, que se apresentam como uma mais-valia na área da saúde, a nível regional e nacional. Também, recentemente, expandiu a sua influência geográfica, envolvendo-se num conceito de grupo para melhor servir a população que habita e visita a região do Algarve.

No que diz respeito à rede de farmácias, de acordo com a listagem da Administração Regional de Saúde do Algarve (ARS) e também do Portal do Município de Faro, existem 18 farmácias no concelho, das quais, 12 se distribuem pela cidade e as restantes 6, pelas freguesias de Santa Bárbara de Nexe, União das freguesias de Estói e Conceição e União das freguesias de S. Pedro e Montenegro.

Quadro 14 - Indicadores dos equipamentos e serviços de saúde

Região/Concelho	Anos	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Enfermeiros por 1000 habitantes	Consultas por habitante	Camas por 1000 habitantes	Internamentos por 1000 habitantes	Intervenções de grande e média cirurgia por dia	Taxas de ocupação (camas)
		N.º							%
Algarve	2011	0,3	3,2	5,2	3,9	2,1	91,4	76,2	87,2
	2012	0,3	3,3	5,4	3,5	2,1	94,2	72,1	88,0
	2013	0,3	3,4	5,5	3,5	2,5	88,4	65,7	76,5
	2014	0,3	3,5	5,6	1,1	2,6	88,8	68,9	77,7
	2015	0,3	3,7	5,7	1,1	2,5	89,4	58,2	80,3
	2016	0,3	3,8	6,0	-	-	-	-	-
Faro	2011	0,3	8,2	14,3	-	-	-	-	-
	2012	0,3	8,6	15,2	-	-	-	-	-
	2013	0,3	9,0	15,5	-	-	-	-	-
	2014	0,3	9,3	15,8	-	-	-	-	-
	2015	0,3	9,6	17,4	-	-	-	-	-
	2016	0,3	9,8	18,0	-	-	-	-	-

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Algarve 2011 a 2016

Em 2011 e 2016, tal como pode ser observado no quadro anterior, o concelho de Faro registava um número de farmácias e postos farmacêuticos móveis, na ordem das 0,3 por cada 1000 habitantes, semelhante ao observado na média regional.

No sector da saúde, Faro apresenta indicadores bastante favoráveis e acima da média regional. Em 2011 e 2016, o concelho de Faro dispunha de 8,2 e 9,8 médicos por cada 1000 habitantes, respetivamente, o que é um valor muito confortável, tendo em conta que o rácio ideal definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 1 médico por cada 1.000 habitantes. Relativamente à cobertura de enfermeiros, contámos em 2011 e 2016, respetivamente com 14,3 e 18,0 por cada 1000 habitantes.

A região Algarvia apresenta em 2011 um indicador de 3,9 consultas por habitante contra 1,1 consultas por habitante em 2015. Para os períodos de referência do ano de 2011 e de 2015, um indicador de 2,1 camas por cada 1.000 habitantes contra 2,5. Em 2011 e 2015 verificaram-se, respetivamente 91,4 e 89,4 internamentos por cada 1.000 habitantes na região do Algarve, não existindo a desagregação deste indicador a nível concelhio.

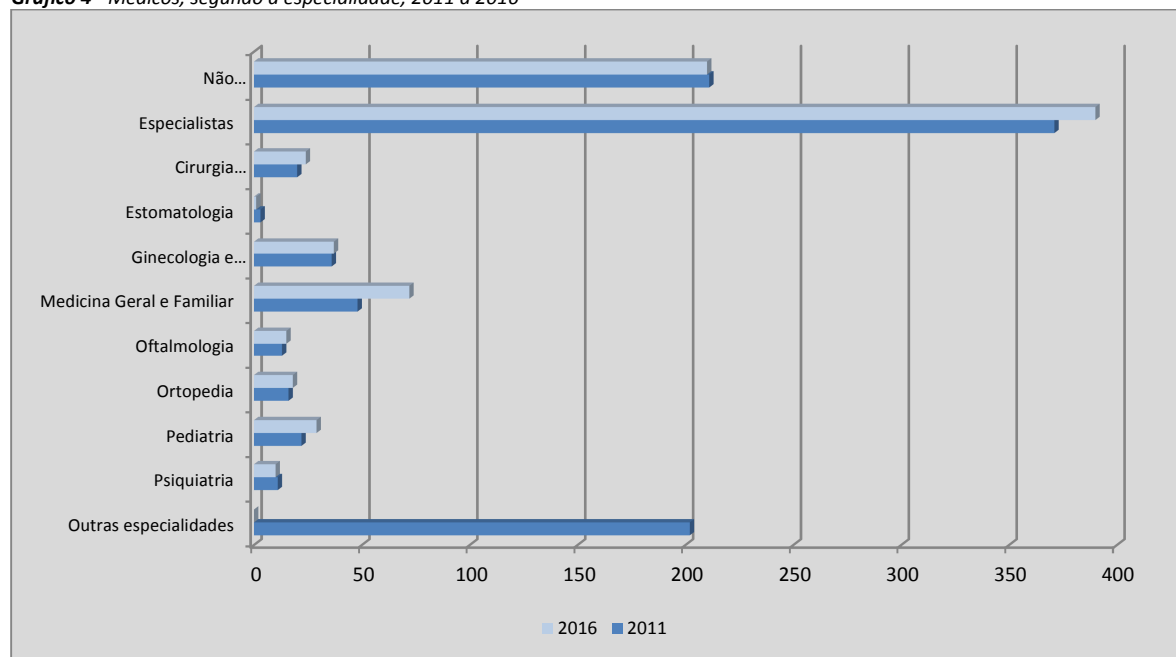
O Algarve foi a região do continente, em 2015, com menor número de intervenções de grande e média cirurgia por dia, somente 58,2, o que representou 2,3% do total de cirurgias realizadas no país.

De entre as várias regiões de Portugal, o Algarve foi aquela que apresentou a taxa de ocupação de camas, na ordem dos 87,2% em 2011 passando para 80,3 em 2015.

No período de 2011 e de 2016, aumentou o número de farmacêuticos de oficina (de 39 para 48), e o número de profissionais de farmácia diminuiu (de 30 para 16).

O número de médicos do concelho de Faro rondada os 582 em 2011 passando para 600 em 2016 encontrando-se distribuídos por várias especialidades conforme se pode verificar através da leitura do gráfico seguinte:

Gráfico 4 - Médicos, segundo a especialidade, 2011 a 2016



Fonte: Produção própria através dos Anuários Estatísticos da Região Algarve 2011 e 2016

Nota: o total de médicos não corresponde à soma dos médicos especialistas com os não especialistas porque os médicos especialistas são contados tantas vezes quantas as especialidades que exercem.

Pela leitura do gráfico anterior verificamos que o concelho se encontra servido pelas especialidades mais relevantes, pelo que os utentes encontram resposta para a grande maioria das suas necessidades.

1.3.3 Cultura

A salvaguarda e valorização do património cultural é em Portugal uma tarefa pública, cabendo ao Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular. Nestes termos, o Estado protege e valoriza o património cultural como instrumento primordial de realização da dignidade da pessoa humana, objeto de direitos fundamentais, constituindo um meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais. Contexto em que todos têm direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural, como modo de desenvolvimento da personalidade através da realização cultural.¹⁴

Neste contexto, o concelho de Faro, no âmbito da cultura e do património arquitetónico, apresenta a seguinte oferta:

Quadro 15 - Equipamentos culturais e Património Cultural do concelho de Faro

Equipamentos Culturais	Faro	Património Cultural	Faro
Museus/centros	3	Património Religiosos e cultural	28
Auditórios/Salas	24	Património Arquitetónico	39
Galerias	5		
Teatros	2		
Bibliotecas/Arquivos	6		
Cinemas	1		

Fonte: Site do Município de Faro

Equipamentos culturais <http://www.cm-faro.pt/menu/480/faro-comvida.aspx>

Património Cultural <http://www.cm-faro.pt/menu/473/o-que-fazer-e-visitar.aspx>

¹⁴ Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro – Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural
20/07/2018

No âmbito Cultural existe um conjunto de iniciativas organizadas no Município de Faro e que contribuem para a dinamização cultural do concelho e que em muitos casos envolvem a comunidade local.

Este conjunto de iniciativas consiste em eventos culturais, como a Feira de Antiquários, Velharias e Colecionismo, Feira de Artesanato de Faro, Faro Mostra, Feira do Livro, Passagem de Ano, Ciclo de Concertos de Natal, Festival Adentro, Programação de Verão, Santos Populares e Marchas Populares e Charolas, <http://www.cm-faro.pt/menu/502/projetos.aspx>

1.3.4 Desportivos

Incumbe ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos¹⁵.

O Estado, em estreita colaboração com as Regiões Autónomas e com as autarquias locais e entidades privadas, desenvolve uma política integrada de infraestruturas e equipamentos desportivos com base em critérios de distribuição territorial equilibrada, de valorização ambiental e urbanística e de sustentabilidade desportiva e económica, visando a criação de um parque desportivo diversificado e de qualidade, em coerência com uma estratégia de promoção da atividade física e desportiva, nos seus vários níveis e para todos os escalões e grupos da população¹⁴.

Todos têm direito à atividade física e desportiva, independentemente da sua ascendência, sexo, raça, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.¹⁴

Neste contexto, e no quadro da transferência de atribuições e competências do Estado para as autarquias locais, prosseguindo os princípios constitucionais da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da equidade e da coesão social, corolário do percurso de democratização dos estados de direito, o Município de Faro, na prossecução da sua política de desporto e juventude, harmonizada com as orientações e políticas que emanam da República, tem zelado pela garantia de uma oferta adequada de programas, equipamentos e infraestruturas que propiciem uma prática desportiva saudável por parte da população residente e presente do concelho.

Da oferta existente fazem parte os equipamentos listados no quadro seguinte:

Quadro 16- Indicadores dos equipamentos desportivos

Equipamentos Desportivos	N.º	Equipamentos Desportivos	N.º
Grandes Campos	11	Centro Náutico	1
Pista de Atletismo	5	Biossaudável	5
Pequenos Campos	62	Picadeiros	5
Campo de Ténis e Padel	28	Mini-Golfe	1
Salas	26	Skate Parque	1
Pavilhão	9	Circuito Manutenção	2
Piscinas descobertas	5		
Piscinas cobertas	3		

Fonte: Divisão de Desporto da CMF, 2017

Contribuem para estes indicadores as áreas dos espaços de jogos e recreio, desporto da natureza e do parque escolar nas Escolas básicas de 1º ciclo.

¹⁵ Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro – Lei de Bases de Atividade Física e do Desporto

Ainda no âmbito do desporto há a destacar o Parque das Cidades que, indubitavelmente, constitui uma nova centralidade entre os concelhos de Faro e Loulé, na localidade de São João da Venda. Trata-se de um empreendimento de interesse público desenvolvido para enquadrar a construção do Estádio Intermunicipal Faro-Loulé, no contexto da candidatura da Federação Portuguesa de Futebol à realização do Campeonato Europeu de 2004, mas que contempla outras valências integradas num complexo que visa propiciar o desenvolvimento e bem-estar das populações, nomeadamente nas áreas do lazer, desporto, cultura, investigação, saúde e ambiente.

Assim, o concelho de Faro tem no total de 164 equipamentos desportivos, dos quais 11 grandes campos, 5 pistas de Atletismo, 62 pequenos campos, 28 campos de ténis e Padel, 26 salas, 9 pavilhões, 5 piscinas ao Ar Livre, 3 piscinas cobertas, 5 Bio - saudável, 1 Centro Náutico, 2 Circuito Manutenção, 5 picadeiros, 1 Mini – Golfe e 1 Skate Parque ¹⁶.

Quanto à identificação dos equipamentos desportivos passamos a apresentar:

1.3.4.1 Centro Náutico da Praia de Faro

Trata-se de um complexo desportivo municipal vocacionado para a prática desportiva de modalidades náuticas, num contexto de formação e recreação, podendo também fomentar práticas competitivas de natureza diversa.

Pela sua localização em pleno Parque Natural da Ria Formosa constitui-se como um espaço privilegiado e único para a prática de modalidades náuticas, em perfeita sintonia com a natureza envolvente, assumindo-se como uma das principais estruturas de incentivo aos farenses (e demais cidadãos) na sua relação com a natureza, o mar, a praia e a ria e a “vocação natural” dos portugueses para a náutica¹⁷.

1.3.4.2 Campos de futebol e pavilhões desportivos¹⁸

Nesta modalidade desportiva identificamos: o Campo de Futebol Municipal do Complexo Desportivo da Penha, Campo de Futebol Municipal da Horta da Areia, Campo de Futebol da Escola EB 2,3 Dr. José Neves Júnior¹¹.

Quanto aos pavilhões identificámos: o Pavilhão da Escola EB 2,3 Dr. José Neves Júnior, Pavilhão da Escola EB 2,3 D. Afonso III, Pavilhão da Escola EB 2,3 Dr. Joaquim Magalhães, Pavilhão da Escola EB 2,3 Poeta Emiliano da Costa, Pavilhão da Escola Secundária de Pinheiro e Rosa.

Os Polidesportivos existem no concelho de Faro:

- Polidesportivo St.º António do Alto/Atalaia - Rua António Eanes St.º António do Alto
- Polidesportivo Bairro residencial - Praceta Prof. Fernando José Caniço
- Polidesportivo de Estoi - Largo do cemitério Estoi
- Polidesportivo Bom João - Horta do Peres
- Polidesportivo Urbanização Montenegro – Estrada Aeroporto/Montenegro
- Polidesportivo Pinhal da Ria Montenegro - Urbanização Pinhal da Ria
- Polidesportivo Patação - Urbanização Direção Regional da Agricultura
- Polidesportivo Urb. Sr.ª da Saúde 1 - Estrada Sr.ª Saúde
- Polidesportivo Bairro Hab. Sr.ª Saúde - Loteamento Sr.ª da Saúde
- Polidesportivo Vale da Amoreira - Vale da Amoreira

¹⁶ **Fonte:** Site do Município de Faro, elaborado em 6 junho de 2014, a partir do seguinte endereço:
<http://www.cm-faro.pt/menu/42/no-desporto.aspx>

¹⁷ **Fonte:** Site do Município de Faro, elaborado em 6 junho de 2014, a partir do seguinte endereço:
<http://cm-faro.pt/menu/65/explorar.aspx>

¹⁸ **Fonte:** Site do Município de Faro, elaborado em 6 junho de 2014, a partir do seguinte endereço:
<http://www.cm-faro.pt/menu/65/jogar.aspx>

1.3.4.3 Biossaudável

Com o objetivo de incentivar pessoas com hábitos sedentários à prática da atividade física, tornando-as mais ativas, foi desenhado o programa: Faro Biossaudável¹⁹.

A intervenção nesta área tão importante tem um grande impacto na saúde pública, uma vez que envolve uma grande percentagem da população. Estas intervenções podem incluir, não só a consciencialização e o envolvimento dos membros da comunidade, mas também a modificação do ambiente físico.

O projeto baseia-se na ideia de que as pessoas podem realizar atividades físicas ao ar livre em equipamentos previamente fixados ao solo, de fácil manipulação e grande proximidade com o público-alvo. Os equipamentos são voltados para a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população, para todas as idades.

As atividades são as seguintes:

Ginástica, Hidroginástica, Aquajogging, Danças, Taichi, Yoga, Pilates e Marcha-Corrida.

1.3.4.4 Piscinas Municipais

As Piscinas Municipais de Faro são um complexo desportivo, inaugurado nas seguintes datas²⁰:

- Complexo Piscinas exteriores em 28 de Julho de 1993 e - Complexo Piscinas Interiores em 7 de Outubro de 2000.

Trata-se de um complexo direcionado para a prática desportiva da natação e atividades aquáticas na área do lazer e da competição.

Na sua constituição o complexo apresenta duas áreas de utilização, uma exterior e outra interior que permitem uma utilização complementar na ótica do lazer e da competição desportiva.

As Piscinas Municipais e os seus equipamentos complementares, ginásio, sauna, turco e jacuzzi, constituem um suporte para a ocupação sadia dos tempos livres da população, para o desenvolvimento de aprendizagem e para a dinamização desportiva.

Pretende-se com a dinamização da Piscina contribuir para a melhoria da prática da Atividade Física e Desportiva do Concelho e fazer com que a população ganhe ou consolide hábitos de Atividade Física, de forma a melhorar a sua qualidade de vida.

1.3.4.5 Padel

O **Padel** é tipicamente jogado em pares num campo fechado com cerca de metade do tamanho de um campo de ténis. As bolas utilizadas e a pontuação são equivalentes ao ténis, apenas com um pouco menos de pressão. A maior diferença é que o campo tem paredes de vidro e as bolas podem ser jogadas de uma forma semelhante do jogo de *squash*.

O Padel foi inventado na Argentina pelo alemão Canepa no final dos anos sessenta. É atualmente o desporto mais popular na Argentina, Espanha, México e nalguns outros países latino-americanos e agora está a começar a expandir-se rapidamente por toda a Europa e noutros continentes.

O Padel é ótimo para jogadores de todas as idades e habilidades. É rápido e fácil de aprender, e é menos exigente fisicamente do que desportos similares, como o *squash*. A maioria dos jogadores começa a perceber o jogo nos primeiros 20 minutos, e é fácil atingir um nível no qual possa-se apreciá-lo e divertir-se²¹.

¹⁹ **Fonte:** Site do Município de Faro, elaborado em 6 junho de 2014, a partir do seguinte endereço:
<http://www.cm-faro.pt/menu/461/exercitar.aspx>

²⁰ **Fonte:** Site do Município de Faro, elaborado em 25 março de 2013, a partir do seguinte endereço:
<http://www.cm-faro.pt/menu/66/nadar.aspx>

²¹ **Fonte:** Site do My Center, elaborado em 12 Abril de 2012, a partir do seguinte endereço:
<http://www.mycenter.pt/pt/actividades/16/padel.htm>

1.3.4.6 Circuito de Mini – golfe

Constituído por 18 pistas, integradas no Jardim da Alameda João de Deus, sendo possível alugar o material desportivo necessário para a prática da modalidade²².

1.3.4.7 Skate Parque de Faro

Um skate parque é uma instalação desportiva especialmente construída para desportos de deslizamento (skate, patins em linha, BMX, etc.).

O Skate Parque de Faro contém, para a prática destas modalidades, um conjunto de locais de manobra muito variado em que se incluem:

- zona de aprendizagem;
- zona de pools;
- zona de street.

Construída junto ao Pavilhão Municipal, como parte integrante do Complexo Desportivo, esta instalação tem por objetivo desenvolver a prática desta tipologia de desportos alternativos, que há muito careciam de um espaço condigno²³.

1.3.4.8 Pista de Atletismo

A Pista de Atletismo constitui um equipamento desportivo, património do Concelho, tendo como finalidade o fomento e a prática desportiva na área do atletismo, permitindo a realização de atividades letivas, pelas escolas, de treinos pelos clubes, e ainda, tendo como função complementar a ocupação de tempos livres e de lazer. Permite também a realização de espetáculos desportivos ao mais alto nível.²⁴

Oferta privada sem fins lucrativos

Existem atualmente 88 associações desportivas registadas no concelho de Faro, mas apenas cerca de 54 mantêm alguma atividade e contacto com a DDJ. Apesar da tendência de diminuição de praticantes formais verificámos um aumento do número de associações na ordem dos 30%, nos últimos 10 anos. Os clubes desportivos representam uma mais-valia social e desportiva detendo, atualmente, um universo de associados na ordem dos 31 000.

1.4 Proteção social

O sistema de proteção social visa assegurar a manutenção dos direitos básicos das pessoas e das famílias através da redução dos riscos ou necessidades em situações de doença, maternidade, acidente de trabalho, doença profissional, invalidez, velhice, sobrevivência, encargos familiares, desemprego, habitação, morte e exclusão social.

²² **Fonte:** Site do Município de Faro, elaborado em 25 março de 2013, a partir do seguinte endereço:
<http://cm-faro.pt/menu/65/jogar.aspx>

²³ **Fonte:** Site do Município de Faro, elaborado em 25 março de 2013, a partir do seguinte endereço:
<http://cm-faro.pt/menu/460/deslizar.aspx>

²⁴ **Fonte:** Site do Município de Faro, elaborado em 25 março de 2013, a partir do seguinte endereço:
<http://www.cm-faro.pt/menu/442/correr.aspx>

Quadro 17 - Valor médio anual das retribuições pagas – 2011 a 2016

Região/Concelho	Anos	Valor médio anual das pensões				Valor médio de subsídios de desemprego			Valor médio de subsídios de doença	Número médio de dias de subsídios de desemprego			Número médio de dias de subsídios de doença
		Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	HM	H	M		HM	H	M	
		€								dias			
Portugal	2011	4 742	4 504	5 520	2 735	3 453	3 682	3 220	842	203	204	203	52
	2012	4 674	4 502	5 392	2 773	3 732	3 951	3 496	864	218	220	216	53
	2013	4 928	4 663	5 704	2 879	3 716	3 949	3 464	849	224	228	219	54
	2014	4 998	4 732	5 787	2 937	3 391	3 636	3 135	860	211	215	207	55
	2015	5 052	4 819	5 831	2 987	3 038	3 262	2 813	856	194	197	192	54
	2016	5 182	4 906	5 979	3 058	2 904	3 121	2 695	853	185	187	183	53
Algarve	2011	4 230	4 222	4 887	2 483	3 138	3 413	2 865	788	190	196	184	48
	2012	4 237	4 281	4 864	2 533	3 398	3 661	3 129	848	207	214	200	52
	2013	4 430	4 390	5 101	2 608	3 239	3 532	2 957	791	203	212	195	50
	2014	4 513	4 510	5 199	2 664	2 751	2 993	2 535	774	181	189	175	50
	2015	4 564	4 628	5 239	2 707	2 383	2 540	2 252	774	162	166	159	50
	2016	4 674	4 684	5 369	2 766	2 164	2 267	2 084	779	147	147	147	50
Faro	2011	4 698	4 347	5 468	2 658	3 751	4 071	3 389	874	200	205	194	46
	2012	4 649	4 379	5 334	2 759	3 998	4 267	3 690	914	215	218	211	51
	2013	4 909	4 535	5 671	2 792	3 823	4 177	3 444	890	218	226	210	51
	2014	4 994	4 693	5 760	2 857	3 249	3 537	2 961	828	200	207	197	51
	2015	5 051	4 921	5 779	2 917	2 757	2 945	2 585	729	179	182	177	45
	2016	5 162	4 922	5 912	2 989	2 518	2 544	2 495	740	163	157	168	44

Fonte: INE, Proteção social, Anuários estatísticos da região Algarve 2012 a 2016

Comparativamente com o valor médio das retribuições pagas na região do Algarve, Faro, situava-se em 2016, como um dos municípios do Algarve com valores mais altos. O valor médio anual das pensões pagas no concelho de Faro cifrou-se nos € 5.162, bastante superior ao valor € 4.674, auferido em média na região Algarvia.

O maior diferencial absoluto das pensões pagas, entre a média regional do Algarve e o valor do concelho de Faro, ocorreu nas pensões de velhice, nas quais a diferença foi de 543 €, com supremacia do concelho de Faro.

No que respeita ao subsídio de desemprego, Faro apresenta um valor médio superior à média regional algarvia na ordem dos € 354, fixando-se nos € 2.518 anuais.

Nas pensões de invalidez Faro apresenta um valor médio superior à média regional, apesar de pouco significativa (283€).

Por outro lado, o número médio de dias de subsídio de desemprego é superior em Faro relativamente à média regional, ao passo que o número médio de dias de subsídio de doença é inferior em Faro em 1 dia.

Em Faro residiam, em 2016, aproximadamente 13% do total de pensionistas da região Algarve, ou seja, 16.210, dos quais 1.180 usufruíam de uma pensão de invalidez, 11.274 de uma pensão de velhice e 3.756 de pensão de sobrevivência.

Quadro 18 - Número de pensionistas – 2011 a 2016

Região/Concelho	Anos	Pensionistas			
		Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
		N.º			
Portugal	2011	2 979 787	283 515	1 967 459	728 813
	2012	3 024 309	278 592	2 010 948	734 769
	2013	3 038 268	268 498	2 034 439	735 331
	2014	3 024 590	260 940	2 023 366	740 284
	2015	3 034 627	250 119	2 042 136	742 372
	2016	3 032 304	240 002	2 052 957	739 345
Algarve	2011	112 383	8 667	75 377	28 339
	2012	114 652	8 635	77 337	28 680
	2013	115 947	8 464	78 689	28 794
	2014	115 467	8 273	78 226	28 968
	2015	116 292	8 197	79 066	29 029
	2016	116 852	8 117	79 661	29 074
Faro	2011	15 359	1 406	10 307	3 646
	2012	15 680	1 397	10 631	3 652
	2013	16 000	1 352	10 949	3 699
	2014	15 955	1 315	10 914	3 726
	2015	16 093	1 243	11 128	3 722
	2016	16 210	1 180	11 274	3 756

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Algarve de 2011 a 2016

2. ECONOMIA

2.1 Economia e empresas

A economia da região assenta em três sectores chave: o turismo (que integra o alojamento e a restauração), a construção civil e o comércio por grosso e retalho.

Comparando a evolução dos dados do ano de 2011 para os do ano de 2015, verificamos que, em 2011 se localizavam no **Algarve** 58.333 empresas, 62.058 estabelecimentos e 17.677 sociedades. No **concelho de Faro** localizava-se no mesmo ano, um total de 8.762²⁵ empresas e 2.524 sociedades, as quais representavam 5,3% do número de empresas e 5% do número de sociedades existentes no Algarve. E no ano de 2015, o **Algarve** existiam 62.981 empresas (+ 4.648 face ao 2011); 66.669 estabelecimentos (4.611 face ao 2011) e 17.864 sociedades (187 face ao 2011), o que representa uma variação de 8% em empresas, de 7,4% em estabelecimentos e de 1% em sociedades. No mesmo ano, o **concelho de Faro** tem 8.897 empresas (+135); 9.590 estabelecimentos e 2.585 sociedades, o que representa uma variação de 1,5 % em empresas, de % em estabelecimentos e de 2,4 % em sociedades.

²⁵ III.3.5 - Empresas por município da sede, segundo a CAF-Rev.3, 2010 - Anuário estatístico da região Algarve 2011

Quadro 19 - Indicadores de empresas em 2011 a 2015

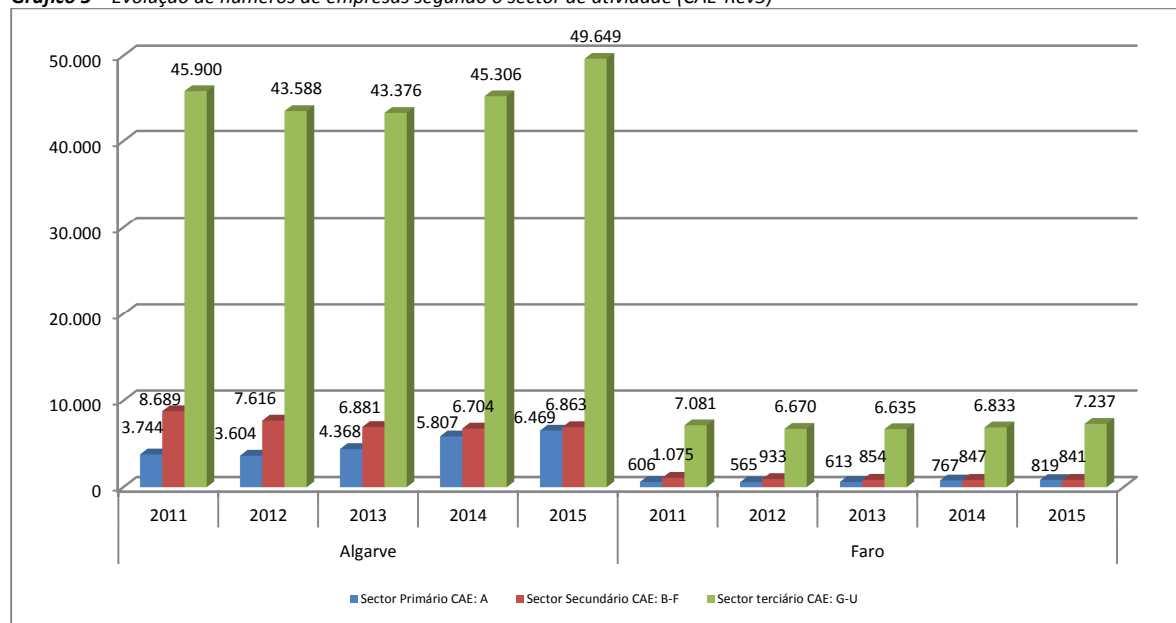
Região/Concelho	Anos	Densidade de empresas	Proporção de empresas individuais	Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço	Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço	Pessoal ao serviço por empresa	Volume de negócios por empresa	Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas	Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas
		N.º/km²	%			N.º	milhares de euros	%	
Portugal	2011	12,1	67,57	99,9	95,9	3,4	312,3	5,69	4,26
	2012	11,5	66,73	99,9	96,1	3,3	306,6	6,66	4,60
	2013	11,9	67,59	99,9	96,4	3,1	289,1	6,55	4,44
	2014	12,2	67,79	99,9	96,4	3,1	286,3	5,77	4,88
	2015	12,6	68,00	99,9	96,4	3,1	285,1	5,16	4,48
Algarve	2011	11,7	69,70	100,0	96,6	2,5	123,1	4,58	5,64
	2012	11,0	68,92	100,0	96,9	2,5	115,7	5,21	7,99
	2013	10,9	68,87	100,0	97,0	2,3	111,8	4,50	4,11
	2014	11,6	69,93	100,0	97,0	2,3	112,7	4,41	4,12
	2015	12,6	71,64	100,0	97,0	2,3	112,4	4,18	3,84
Faro	2011	43,4	71,19	99,9	96,6	2,7	158,4	18,73	26,95
	2012	40,4	69,94	100,0	96,7	2,7	159,2	20,99	33,17
	2013	40,0	69,55	100,0	96,9	2,3	143,6	18,1	22,47
	2014	41,7	70,19	100,0	96,8	2,3	142,1	17,42	23,22
	2015	43,9	70,95	100,0	96,6	2,4	144,0	15,12	21,58

Fonte: INE, Empresas, Anuários Estatísticos da Região Algarve de 2012 a 2016

Pela leitura do quadro anterior denota-se claramente, a superioridade dos indicadores do concelho de Faro relativamente à média da Região no que concerne à densidade de empresas, volume de negócios, concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas e concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas. O que corrobora o dinamismo económico da capital de distrito.

As empresas existentes no concelho de Faro tinham em 2015 a seguinte distribuição sectorial: sector primário 819 empresas; sector secundário com 841 empresas e o sector terciário com 7.237 empresas. O que demonstra a inquestionável terciarização da base económica do concelho, sem dúvida relacionada com a sua vocação administrativa e a sua capitalidade em torno de funções centrais apoiadas em equipamentos e infraestruturas de âmbito regional.

Gráfico 5 – Evolução de números de empresas segundo o sector de atividade (CAE-Rev3)



Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Algarve de 2011 a 2016

As empresas sediadas no concelho de Faro possuem (em 2015), na sua totalidade, menos de 250 trabalhadores e 96,6% possuem menos de 10 trabalhadores, apresentando uma média de 2,4 pessoas/empresa. Na sua totalidade o tecido empresarial concelhio tem ao seu serviço 20 927 pessoas, distribuídas pelos sectores de atividade da seguinte forma: 1 559 no sector primário; 3 211 no sector secundário e 16 151 no sector terciário, representando no total 14,29% dos trabalhadores ao serviço das empresas no Algarve. O volume de negócios da região Algarvia cifra-se em 7 078 447 milhares de euros, enquanto o volume de negócios em Faro é de 1 281 014 milhares de euros e apresentam um VAB²⁶ de 369 610 milhares de euros.

A indústria transformadora tem uma representatividade de 218 empresas, tendo ao seu serviço 648 pessoas e um volume de negócio de 28 091 milhares de euros, contribuindo para o VAB concelhio com 9 192 milhares de euros.

Os sectores agroalimentares e da aquicultura têm vindo a assumir um lugar de destaque na região, tendo uma importância relevante na medida em que estimulam a reconversão das atividades conexas da agricultura, da silvicultura e das pescas. O sector da aquicultura dispõe de condições edafoclimáticas favoráveis na região e tem vindo a expandir-se, nomeadamente nas culturas marinhas de bivalves, as quais representam cerca de 70% da produção nacional²⁷.

O sector do comércio é o que mais contribui para o VAB regional e simultaneamente aquele que gera mais emprego. Este sector tem evidenciado uma forte dinâmica na região, quer pelo número de sociedades criadas quer pelas características do próprio comércio que se tem, gradualmente, afastado do modelo do comércio tradicional, onde as estruturas de muito pequena dimensão são predominantes. De facto, têm surgido na região novas formas comerciais, com destaque para as grandes superfícies e a implantação de cadeias especializadas organizadas sob a forma de *franchising*. Apenas as empresas de maior dimensão introduzem o fator inovação nos seus processos, enquanto as de menor dimensão apostam na introdução de novos produtos.

2.1.1 Sector Primário

2.1.1.1 Agricultura

Trata-se de um sector dinâmico no concelho de Faro, competitivo e especializado na produção intensiva de produtos hortícolas e hortofrutícolas, em regime de forçagem e semiforçagem, sobretudo no sul do concelho – zona da campina – onde também se verifica uma forte pressão urbanística. Paralelamente a esta realidade, existe uma agricultura de subsistência com culturas de cereais, leguminosas, batata, olival, frutos secos e prados temporários, ocupando 2179 ha da superfície agrícola utilizável em 1999 passou para 1911 ha em 2009.

Quadro 20 - Tipo de culturas temporárias e permanentes (ha)

Período de referência dos dados	Localização geográfica	Superfície das culturas temporárias (ha)					Superfície das culturas permanentes (ha)		Total
		Tipo (culturas temporárias)					Tipo (culturas permanentes)		
		Cereais para grão	Leguminosas secas para grão	Prados temporários	Culturas forrageiras	Batata	Frutos de casca rija	Olival	
2009	Portugal	345 941	13 239	31 661	462 703	18 745	115 150	335 841	1 323 280
	Algarve	2 219	73	57	4 390	162	20 046	8 399	35 346
	Faro	35	1	-	107	12	1 281	475	1 911
1999	Portugal	602 270	25 724	37 250	542 120	50 173	80 470	335 028	1 673 035
	Algarve	8 852	817	807	6 087	660	25 258	8 791	51 272
	Faro	80	9	-	16	25	1 493	556	2 179

Fonte: INE, Recenseamentos agrícolas, séries históricas

²⁶ Valor Acrescentado Bruto

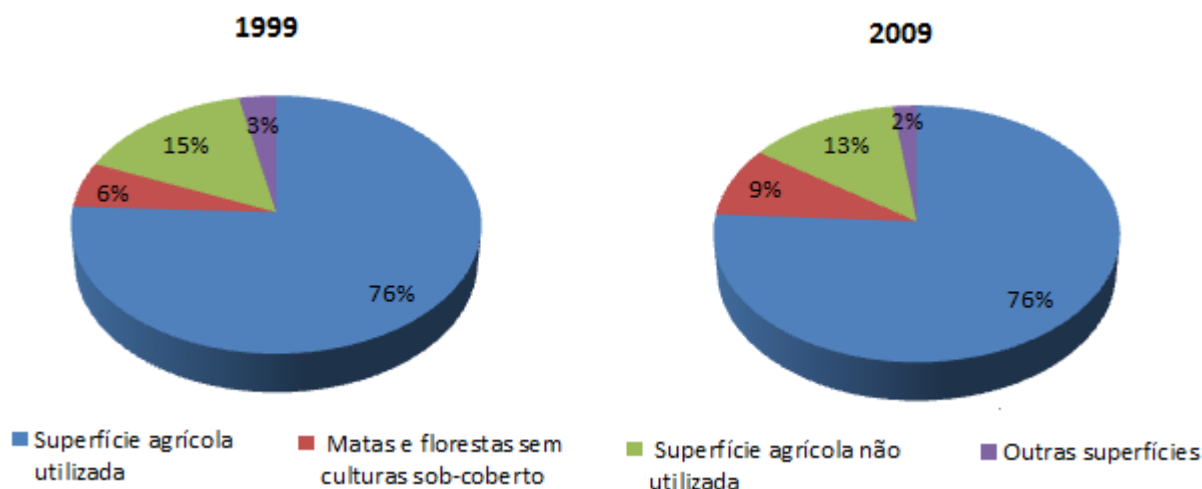
²⁷ CCDD-Alg (2006) Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013

Quadro 21 - Superfície das explorações agrícolas (ha), segundo o tipo de utilização das terras

Período de referência dos dados	Localização geográfica	Superfície das explorações agrícolas (ha)				
		Tipo de utilização das terras				
		Total	Superfície agrícola utilizada	Matas e florestas sem culturas sob-coberto	Superfície agrícola não utilizada	Outras superfícies
2009	Portugal	4 709 131	3 668 145	842 208	127 691	71 087
	Algarve	165 189	88 297	46 605	28 096	2 191
	Faro	5 377	4 079	472	712	112
1999	Portugal	5 188 938	3 863 094	1 008 374	202 898	114 573
	Algarve	227 578	101 932	60 284	62 196	3 166
	Faro	6 587	4 987	375	1 013	213

Fonte: INE, Recenseamentos agrícolas, séries históricas

As explorações agrícolas, com superfície total de 5 377 mil de hectares, ocupavam em 2009 cerca 27% de superfície do concelho de Faro. A SAU (superfície agrícola utilizada) representa a maior fatia dessa superfície, correspondendo a 76% da superfície total das explorações, seguida pela superfície agrícola não utilizada (SANU) das explorações com cerca 13%. A superfície florestal sem aproveitamento agrícola simultâneo com cerca de 9% e as outras superfícies (edifícios, logradouros, caminhos, albufeiras, etc.) cerca de 2%.

Gráfico 6 - Composição da superfície total das explorações


Fonte: Produção própria, a partir os dados de Recenseamentos Agrícolas no INE

Superfície total da exploração: soma da superfície agrícola utilizada, da superfície das matas e florestas sem culturas sob-coberto, da superfície agrícola não utilizada e das outras superfícies da exploração.

Superfície agrícola não utilizada (SANU): superfície da exploração anteriormente utilizada como superfície agrícola, mas que já o não é por razões económicas, sociais ou outras. Não entra em rotações culturais. Pode voltar a ser utilizada com auxílio dos meios geralmente disponíveis na exploração.

Outras superfícies da exploração: áreas ocupadas por edifícios, eiras, pátios, caminhos, barragens, albufeiras e ainda jardins, matas e florestas orientadas exclusivamente para fins de protecção do ambiente ou de recreio.

Quadro 22 - Superfície irrigável das explorações agrícolas (ha), segundo o tipo de utilização das terras

Localização geográfica	Superfície irrigável (ha) das explorações agrícolas							
	Período de referência dos dados							
	2009				1999			
	Tipo de utilização das terras							
	Total	Terra arável em cultura principal	Culturas permanentes	Pastagens permanentes	Total	Terra arável em cultura principal	Culturas permanentes	Pastagens permanentes
Portugal	540 593	322 191	157 743	60 659	791 986	-	-	-
Algarve	16 274	2 199	13 416	659	30 012	-	-	-
Faro	1 749	364	1 384	-	2 720	-	-	-

Fonte: INE, Recenseamentos agrícolas, séries históricas

Quadro 23 - Proporção da superfície irrigável (%) na superfície agrícola utilizada

Localização geográfica	Proporção da superfície irrigável (%) na superfície agrícola utilizada por Localização geográfica (NUTS - 2002); Decenal	
	Período de referência dos dados	
	2009	1999
	%	%
Portugal	14,74	20,50
Algarve	18,43	29,44
Faro	42,87	54,54

Fonte: INE, Recenseamentos agrícolas, séries históricas

Em 2009, o concelho de Faro registou 1 749 mil hectares de área potencialmente irrigável, cerca de 43% da SAU, enquanto a região Algarve está com 18,43% de SAU e o nível nacional é de 14,74%, conforme nos quadros 17 e 18.

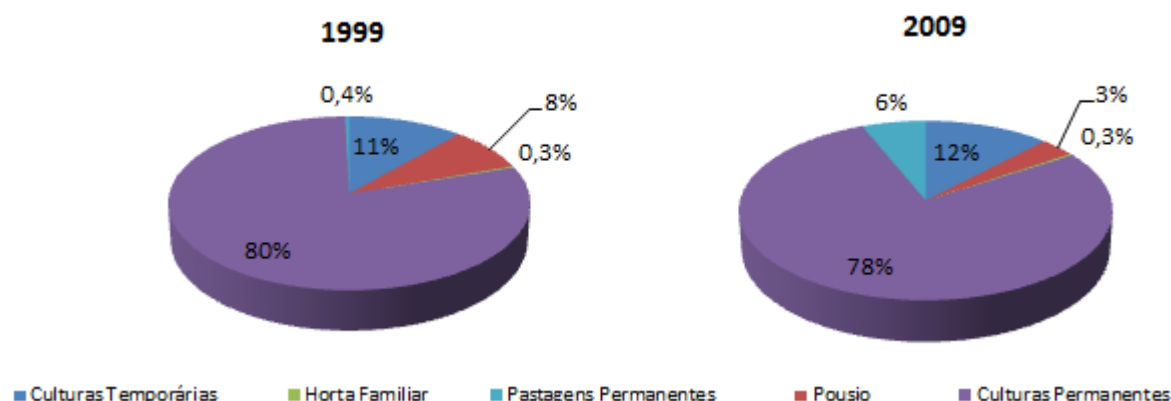
Quadro 24 - Superfície agrícola utilizada (ha), segundo a composição da superfície agrícola utilizada

Período de referência dos dados	Localização geográfica	Superfície agrícola utilizada (ha) por Localização geográfica, Composição da superfície agrícola utilizada, Decenal						
		Composição da superfície agrícola utilizada (Total)						
		Total	Terras aráveis	Culturas temporárias	Pousio	Horta familiar	Culturas permanentes	Pastagens permanentes
2009	Portugal	3 668 145	1 173 127	831 592	341 534	19 695	690 725	1 784 598
	Algarve	88 297	22 327	7 981	14 346	628	45 007	20 335
	Faro	4 079	634	494	140	13	3 181	252
1999	Portugal	3 863 094	1 740 016	1 177 299	562 717	21 606	711 628	1 389 844
	Algarve	101 932	34 090	18 831	15 259	788	56 309	10 746
	Faro	4 987	978	572	406	13	3 975	21

Fonte: INE, Recenseamentos agrícolas, séries históricas

Comparando os anos de 1999 e 2009, verificamos que a SAU totalizava respetivamente 4987ha e 4079ha, registando-se um decréscimo. As culturas permanentes que ocupavam 80% da SAU decresceram 2% em 2009, correspondendo a 78% da SAU. A categoria de terras aráveis baixa de 19% para 15% da SAU, compreendendo as culturas temporárias que aumentam de 11% para 12%, o pousio que diminui de 8% para 3% e as pastagens permanentes que também aumentam de 0,4% para 6%, vide no gráfico seguinte.

Gráfico 7 - Composição da superfície agrícola utilizada



Fonte: Produção própria, a partir os dados de Recenseamentos Agrícolas no INE

Terras aráveis: constituídas pelas terras cultivadas destinadas à produção vegetal, pelas terras retiradas da produção, pelas terras que sejam mantidas em boas condições agrícolas e ambientais nos termos do artigo 5º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, e pelas terras ocupadas por estufas ou cobertas por estruturas fixas ou móveis.

Culturas temporárias: aquelas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (anuais) e as que não sendo anuais são ressemeadas com intervalos que não excedem os 5 anos.

Pousio: áreas incluídas no afolhamento ou rotação, trabalhadas ou não, sem fornecer colheita durante o ano agrícola, tendo em vista o melhoramento das superfícies.

Culturas permanentes: ocupam o solo durante um longo período e fornecem repetidas colheitas (excluem-se as pastagens permanentes).

Pastagens permanentes: superfícies semeadas ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos.

Horta familiar: é a superfície (geralmente inferior a 20 ares) reservada pelo produtor para a cultura de produtos hortícolas ou frutos destinados a auto-consumo.

O valor da produção padrão total é de 16 503,80€ por exploração²⁸ e o valor da produção padrão total por hectare de superfície agrícola utilizada é de 3 948,60€.

Quadro 25 - Exploração agrícola, segundo a natureza jurídica e a forma de exploração

Unidade Territorial	Total		Natureza Jurídica				Forma de exploração da superfície agrícola utilizada					
			das quais				Total		das quais			
			Produtor singular		Sociedade				Conta própria		Arrendamento	
	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha
Portugal	305 266	4 709 131	297 381	3 218 332	6 776	1 221 813	303 867	3 668 145	287 010	2 641 916	33 953	824 855
Algarve	12 383	165 189	12 153	146 410	207	13 590	12 347	88 297	11 938	73 730	431	8 347
Faro	976	5 377	952	4 846	20	511	975	4 079	910	3 509	79	440

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Algarve de 2011, agricultura de 2009

Em 2009, foram recenseadas, a nível nacional, 305 266 mil explorações, enquanto na região Algarve foram 12 383 explorações e no concelho de Faro 976.

Especificamente no concelho de Faro no que diz às explorações agrícolas e à sua natureza, é notório que existem um maior número de produtores singulares (952), comparativamente com as sociedades (20). De igual modo é de notar um número superior de explorações por conta própria (910) relativamente ao arrendamento (79).

Na zona do Barrocal verifica-se o quase abandono do pomar tradicional de sequeiro (alfarrobeira, amendoeira, oliveira e figueira), o que será contudo, reversível se houver apoio à reconversão de pomares. É pouco provável uma recuperação da oliveira (incapaz de concorrer com outras zonas) e da figueira que só interessará se orientada para consumo em fresco. A alfarrobeira e a amendoeira mantêm ainda bastantes potencialidades.

2.1.1.2 Floresta

No que concerne à superfície de matos e florestas, o concelho de Faro possuía 375 ha em 1999, passando para 472 ha em 2009, o que traduz o reduzido significado da produção florestal. Apesar da posição geográfica

²⁸ Anuário estatístico da região do Algarve, 2011 - Indicadores da agricultura e floresta em 2009

estratégica que Faro detém para o desenvolvimento económico, dada a sua ligação ao mar e ao barrocal é de notar que a produção florestal não é tão relevante como em outros concelhos do interior algarvio.

No concelho de Faro é frequente encontrar povoamentos mistos de amendoeira, figueira, oliveira e alfarrobeira. O pinhal também tem alguma expressão nas áreas costeiras do concelho, nomeadamente no Ludo que integra o Parque Natural da Ria Formosa.

2.1.1.3 Pecuária

A produção pecuária no concelho é reduzida, sendo maioritariamente para autoconsumo.

2.1.1.4 Pesca

O sector das pescas tem uma representatividade significativa a nível regional ascendendo em 2012 a 2014, de acordo com dados da DocaPesc²⁹, a 17% do volume de pesca do país. Porém, Faro constitui o segundo concelho da região com menor volume de pesca, tendo, no mesmo período, apresentado um volume de pescas insignificante de aproximadamente 0,005t. Tal facto deve-se, em parte, à circunstância de a maioria dos pescadores, viver na Ilha da Culatra e optar por descarregar o seu peixe no porto de Olhão. A pesca descarregada no porto de Faro representa muito menos de 1% da tonelagem total descarregada no Algarve e o seu valor económico é muito reduzido no conjunto regional.

As pescarias são, apesar de tudo, diversificadas com predominância da sardinha, cavala e carapau.

Trata-se de um sector com evidente perda de competitividade pela falta de inovação, sendo necessário modernizar as respetivas estruturas de transformação e de comercialização e melhorar os produtos da pesca na sua generalidade. Por outro lado é necessária uma maior transferência de conhecimento entre a investigação e os operacionais da pesca no que concerne à utilização dos recursos da pesca.

No concelho de Faro, destaca-se, neste sector, a pesca artesanal que abrange a maioria do total da pesca praticada, sendo que as artes mais utilizadas são os aparelhos de anzol e redes de tresmalho.

O número de pescadores inscritos na Capitania do porto de Faro ultrapassam uma centena e os novos pescadores enquadram-se, maioritariamente, na faixa dos 25 aos 29 anos. A frota de pesca é constituída por mais de 200 embarcações, predominando as embarcações de pesca local e sendo de considerar algumas embarcações de mariscagem. Os viveiros de amêijoas são uma das maiores riquezas da Ria Formosa, contando-se, no concelho de Faro, mais de duas centenas de licenças para viveiristas.

Os principais problemas que afetam o sub - sector piscatório, em Faro, são estruturais, idênticos aos de toda a região do Algarve o que justifica a redução da rentabilidade do sector que não tem tido capacidade para atrair novos investimentos.

2.1.2 Sector Secundário

2.1.2.1 Indústria

Embora Faro possua um tecido industrial diversificado, com alguma relevância para as indústrias da madeira, químicos e plásticos, as potencialidades do sector industrial do concelho encontram-se relacionadas com o desenvolvimento de um sector de ponta, apoiado em serviços avançados proporcionados pela Universidade do Algarve e pelo sector terciário superior da cidade que se prevê venha a consolidar-se com a implementação do Parque Tecnológico Internacional do Algarve, em Gambelas.

Destaca-se ainda a indústria extrativa, com alguma tradição no concelho, designadamente na localidade da Bordeira, na freguesia de Santa Bárbara de Nexe.

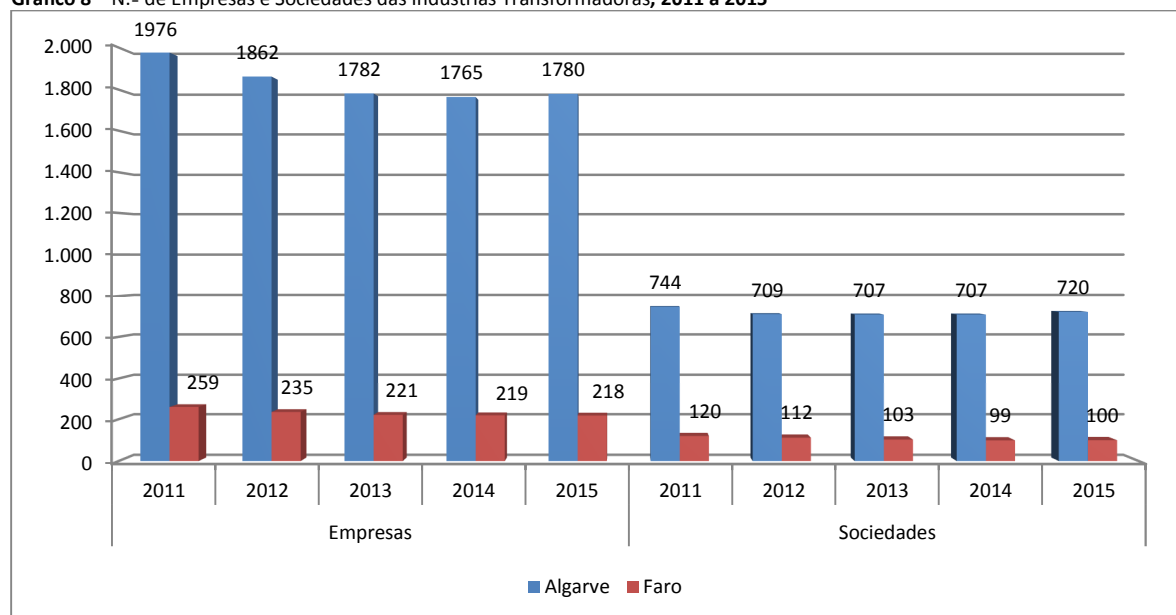
²⁹ DOCAPESCA, Portos e Lotas SA (2012) Relatório e Contas 2012

No ano de 2011, o concelho de Faro existem 259 empresas das indústrias transformadoras, correspondendo a 13,10 % do total na região do Algarve e no ano de 2015, existem 218 empresas das indústrias transformadoras, correspondendo 12,24% do total da região do Algarve.

As empresas da indústria transformadora na Seção da CAE C, representavam 2,4% no concelho de Faro e 2,8% na região do Algarve.

Em termos do nível de empregabilidade, a indústria transformadora empregava no concelho de Faro cerca de 3,1% dos empregados da região do Algarve cerca de 4%.

Gráfico 8 – N.º de Empresas e Sociedades das Indústrias Transformadoras, 2011 a 2015



Fonte: Produção Própria através do INE, A Atividade Económica, Empresas, Anuários Estatísticos da Região Algarve 2012 a 2016

2.1.2.2 Construção Civil

Tendo como referência os dados dos últimos Censos (2011) – Resultados Definitivos e Cálculos, expressos no quadro 26, observa-se que no concelho de Faro existia, em 2011, um total de 17.257 edifícios e 37.975 alojamentos, o que representa sensivelmente 8,7% do total das construções regionais.

Faro denotou uma densidade de edifícios de 85,20 edifícios/km². A freguesia do concelho de Faro que apresentou maior densidade de edifícios e com uma grande diferença relativamente às restantes, é a União das freguesias de S. Pedro e Sé com 349,79 edifícios/km².

Quadro 26 - Dimensão do parque habitacional – 2011

País/Região/Concelho	Área/Km2	Edifícios	Alojamentos		Densidade	
		Total	Total	Familiares Clássicos	Edifícios (Edif/km2)	Alojamentos (Aloj/Km2)
Portugal**	92.212,0	3.544.389	5.866.152	5.859.540	38,44	63,62
Algarve**	4.996,8	198.924	378.349	377.619	39,81	75,72
Faro*	202,57	17.257	37.975	37.788	85,19	187,47
União das freguesias da Conceição e Estoi*	68,40	3.748	4.597	4.546	54,80	67,21
Santa Bárbara de Nexe	38,22	2.558	2.806	2.792	66,94	73,42
União das freguesias de Faro (São Pedro e Sé)*	74,75	8.301	26.147	26.031	111,05	349,79
Montenegro	21,20	2.650	4.425	4.419	125,00	208,73

Fonte: Censos 2011 – Resultados Definitivos e Cálculos

*Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2013), adaptado à nova delimitação administrativa entre Loulé e Faro fixada pela Lei 61/2012, de 05/12.

** Fonte: INE, O Território, Anuário Estatístico da Região Algarve 2012

Quadro 27 - Edifícios licenciados para construção, segundo o tipo de obra – 2011 a 2016 cont.

País/Região/Concelho	Total						Para habitação familiar					
	Edifícios Licenciados pelo Município para construção											
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	25.035	20.788	16.253	15.458	14.917	16.738	16.718	12.741	9.021	8.317	8.693	10.320
Algarve	1.177	902	696	663	695	852	863	650	454	441	475	603
Faro	123	73	63	58	44	46	90	47	40	42	31	30

Fonte: INE, Construção e Habitação, Anuários Estatísticos da Região Algarve 2011 a 2016

Edifícios licenciados para construção, segundo o tipo de obra – 2011 a 2016 cont.

País/Região/Concelho	Construções novas																	
	Total						Para habitação familiar						Fogos para habitação familiar					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	16.065	12.205	9.460	8.955	9.503	10.761	16.718	8.245	5.607	5.228	8.693	7.333	17.085	11.157	7.286	6.785	8.169	11.372
Algarve	583	424	288	300	335	455	863	331	201	225	475	383	1.118	519	396	423	484	1.093
Faro	40	24	5	15	14	12	90	14	2	11	31	8	90	17	24	21	49	15

Fonte: INE, Construção e Habitação, Anuários Estatísticos da Região Algarve 2011 a 2016

Em 2011, foram emitidas 1.177 licenças de construção de edifícios no Algarve, das quais 863 se destinam a habitação familiar. Faro, no mesmo período, apresenta 123 licenças de construção, das quais 90 tinham como destino a habitação familiar, o que representa aproximadamente 10% do total de licenças emitidas em termos regionais.

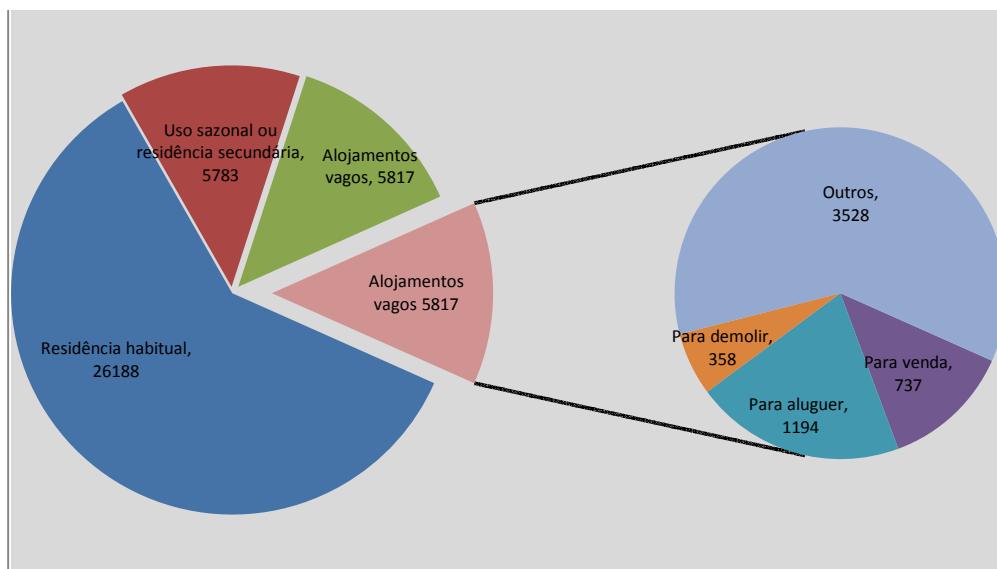
Se atentarmos às licenças emitidas para construções novas para habitação familiar, o concelho de Faro registou 90 novas licenças, ou seja, 8,1% do total de licenças emitidas para a região.

De acordo com os últimos dados do Sistema de Informação de Operações Urbanísticas (SIOU), em 2016, o número total de edifícios concluídos (construções novas e obras de ampliação, alteração e reconstrução) no concelho de Faro foi cerca de 23, representando edifícios concluídos. Em 2016, o parque habitacional no concelho de Faro foi estimado 17.345 de edifícios e 38.072 de fogos, o que corresponde a um aumento de 0,05% do número de fogos face a 2015.

Alojamentos – Forma de Ocupação

O município de Faro destaca-se com a maior proporção de alojamentos clássicos ocupados como residência habitual (81,9%) e residência secundária (18,1%).

Relativamente aos alojamentos vagos, dos 15% do total de alojamento clássicos do concelho de Faro, verifica-se que cerca de 13% têm como destino a venda, 21% o arrendamento, 6% a demolição e 61% encontram-se categorizados como outros.



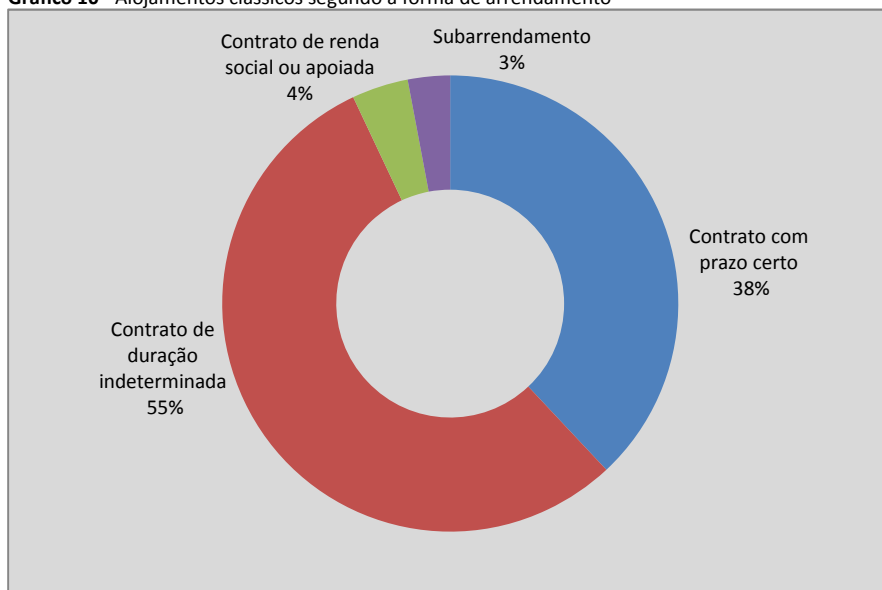
Fonte: Produção Própria, INE, Censos Definitivos 2011

Em termos de índices de ocupação, considerando apenas os alojamentos clássicos, no concelho de Faro vivem, em termos médios, 2,2 pessoas por alojamento que, em média, têm entre 4,7-4,8 divisões.

No concelho de Faro, os proprietários ocupam cerca 65% dos alojamentos ocupados como residências habituais e, entre estes, cerca de 46% têm encargos por compra (registando o valor de encargos médios por compra de 406 euros mensais).

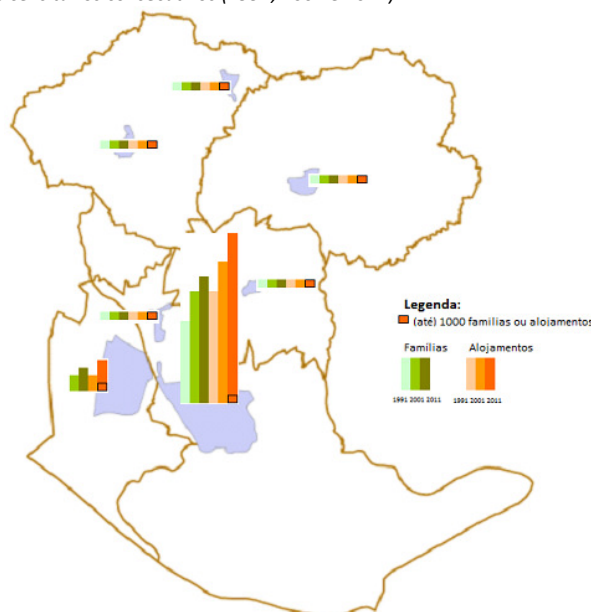
No âmbito do arrendamento, cerca de 27,4% das residências habituais estão ocupadas por arrendatários e a maioria dos contratos do Município de Faro tem duração indeterminada (55% dos alojamentos arrendados e subarrendados). Cerca de 38% dos alojamentos estão arrendados com contratos com prazo certo. Os contratos de renda social ou apoiada estão associados a cerca de 4% dos alojamentos e o subarrendamento associado a cerca de 3%.

Gráfico 10 - Alojamentos clássicos segundo a forma de arrendamento



Fonte: Produção Própria, INE, Censos Definitivos 2011

Figura 7 - Representação gráfica comparativa entre números das famílias e dos alojamentos por aglomerado urbano mais representativo do concelho de Faro em 3 momentos censitários consecutivos (1991, 2001 e 2011)



Fonte: INE – Censos 1991; 2001 e 2011 (Resultados Definitivos)

Pela leitura da figura anterior verificamos, na generalidade das freguesias, que a oferta de alojamentos é bastante superior ao número de famílias, com exceção da freguesia de Santa Bárbara de Nexe, onde essa superioridade apenas se fez sentir nos últimos censos (2011).

Onde essa disparidade mais se faz sentir é na cidade de Faro, que engloba as freguesias de S. Pedro e da Sé. De facto, existe na sede do concelho um excesso de oferta de habitação comparativamente ao número de famílias, com uma diminuição dessa diferença nos censos de 2001.

Verifica-se que no momento atual existe uma capacidade confortável para absorver um maior número de famílias residentes em todas as freguesias, com exceção da freguesia da Conceição que viu o número de famílias crescer consideravelmente nos últimos censos.

2.1.3 Sector Terciário

Este sector de atividade é, como já pudemos observar, o mais importante do concelho e, sem dúvida, aquele que lhe confere o estatuto e visibilidade que possui como centro funcional polarizador a nível regional. Para tanto, muito contribuem os serviços administrativos de âmbito regional, a administração desconcentrada do Estado, o hospital distrital, o aeroporto e a Universidade que se encontram sediados no concelho.

A capitalidade de Faro revela-se com grande intensidade no domínio da oferta de serviços não só públicos com também privados. Ilustrativo dessa importância é o facto de cerca de um quarto do volume de negócios gerado nestes subsectores no Algarve ter origem no concelho de Faro.

A Universidade do Algarve tem contribuído para a dinâmica económica do concelho e da Região, através da sua afirmação em termos formativos e na área da investigação, tal como o aeroporto que facilita a ligação com os principais destinos europeus.

2.1.3.1 Turismo

A região do Algarve dispõe de potencialidades excecionais para que o turismo se assuma como referência internacional em termos de qualidade. De facto o sector do turismo assume um papel de destaque, dispondo a região de um número significativo de hotéis, hotéis - apartamento, apartamentos e aldeamentos turísticos.

Para a atratividade do destino Algarve, para além das boas condições climatéricas naturais, muito tem contribuído a crescente afirmação da região como destino mundial de excelência para a prática de golfe.

O produto predominante assenta no binómio sol/praias, o que conduziu, durante as últimas décadas a uma massificação da procura turística pela região que desencadeou do lado da oferta uma proliferação desordenada de empreendimentos turísticos, acompanhada da inerente especulação imobiliária, concentrados na faixa litoral comprometendo o ordenamento do território e o equilíbrio dos centros urbanos e da orla costeira do Algarve. A acrescer a estes constrangimentos, o turismo algarvio confronta-se ainda com uma elevada sazonalidade na procura que, associada a outros fatores externos ao sector configuram fragilidades que poderão comprometer o seu desenvolvimento sustentável. Uma diversificação do produto oferecido, articulando o produto base com as componentes ambientais, cultural, histórica e paisagística, contribuirá para a minimização do fenómeno da sazonalidade. Quanto aos efeitos dos fatores externos a sua atenuação poderá passar por um ganho de escala, havendo já autores que defendem uma visão mais ampla para a comercialização do produto turístico nacional que contemple todo o Mercado Ibérico.

O concelho de Faro, à semelhança do que sucede com os outros concelhos cuja orla marítima coincide exclusivamente com o Parque Natural da Ria Formosa não registou um desenvolvimento turístico equiparável ao de outros concelhos da faixa litoral central do Algarve. Tal deveu-se ao facto de, por um lado o produto turístico oferecido pelo destino Algarve se ter centrado quase exclusivamente no produto sol/praias e pelo facto de nestes concelhos o acesso às praias se encontrar dificultado pela interposição da Ria Formosa. O serviço de transporte fluvial para acesso às praias só recentemente apresentou uma melhoria considerável.

Por outro lado, os próprios instrumentos de gestão territorial definem em si vocações para o desenvolvimento dos territórios sobre os quais incidem e, no caso de Faro a vocação definida não tem apostado no sector do turismo como fator de desenvolvimento concelhio, pelo menos não tanto como noutros concelhos da região, ao invés têm-lhe reconhecido uma vocação claramente, de serviços e equipamentos de nível superior, em boa parte devido ao seu tradicional estatuto de capital de distrito, mas também porque Faro integra, incontestavelmente, a rede nacional de cidades médias.

A região algarvia assumia em 2011 a 2016, uma posição dominante no que toca aos principais indicadores de oferta e de procura turística o que pode ser constatado no Quadro 24.

Existiam de 2011 e 2016, no Algarve um total de 416 e 623 estabelecimentos, respetivamente, o que representou 20,6% e 13% da oferta total nacional, naqueles dois anos consecutivos.

Existiam, em 2011, no concelho de Faro um total de 22 estabelecimentos hoteleiros, o que representava 3,9% da oferta total da região. Para além disso, o concelho de Faro apresentava uma capacidade de alojamento na ordem de 2.329 camas, as quais permitiram gerar um volume de dormidas totais de 276.842, o que correspondeu de 142.732 hóspedes, ou seja, 4,7% do total verificado na região. Em 2016 verificou-se um aumento da oferta, o número de estabelecimentos hoteleiros tem aumentado, o que correspondia a 4,6% da oferta total da região. De acordo com os resultados do Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos, em 2016, o concelho de Faro estavam em atividade 29 estabelecimentos de alojamento turístico, com uma capacidade de 2.395 camas. A Hotelaria (HOT) representava 51,72% da capacidade de alojamento, seguindo-se o Alojamento local (AL, 41,38%) e o Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação (TERTH, 6,9%).

Quadro 28 - Procura e oferta turística – 2011 a 2016

Unidade Territorial	Anos	Estabelecimentos Hoteleiros	Capacidade de Alojamento	Dormidas	Hóspedes
		N.º			
Portugal	2011	2.019	289.107	39.440.315	13.992.782
	2012	2.028	296.321	39.681.040	13.845.419
	2013	3.345	326.187	43.533.151	15.209.605
	2014	3.578	342.497	48.711.366	17.301.622
	2015	4.339	362.005	53.074.176	19.161.180
	2016	4.805	380.818	59.122.640	21.252.625
Algarve	2011	416	102.462	13.979.866	3.008.494
	2012	428	106.625	14.326.774	3.043.920
	2013	539	111.497	15.112.725	3.241.351
	2014	560	117.629	16.591.548	3.669.497
	2015	604	119.609	17.256.396	3.842.267
	2016	623	123.797	19.005.838	4.189.237
Faro	2011	22	2.329	276.842	142.732
	2012	20	2.059	267.020	134.578
	2013	21	2.087	290.446	146.719
	2014	22	2.069	294.460	142.943
	2015	26	2.367	351.287	173.133
	2016	29	2.395	428.475	220.442

Fonte: INE, Turismo, Anuário Estatístico da Região Algarve 2011 a 2016

Nota: a informação disponível até 30 de setembro de 2017

Quadro 29 - Indicadores do turismo, 2011 a 2016

Unidade Territorial	Anos	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	Hóspedes por habitante	Proporção de hóspedes estrangeiros	Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico de alojamento turístico por 100 habitantes	Taxa de ocupação - cama (bruta) Total
		N.º	h/hab.	%	N.º	%
Portugal	2011	27,4	1,3	53,0	374,1	40,0
	2012	28,3	1,3	55,5	378,4	39,5
	2013	31,2	1,5	56,7	416,3	39,7
	2014	32,9	1,7	57,2	468,3	42,4
	2015	34,9	1,8	57,8	512,4	43,7
	2016	36,9	2,1	59,1	572,6	46,4
Algarve	2011	227,2	6,7	65,0	3.099,8	42,7
	2012	239,9	6,8	68,5	3.223,9	40,1
	2013	251,5	7,3	70,0	3.408,6	43,9
	2014	266,2	8,3	68,6	3.754,5	45,2
	2015	270,8	8,7	69,8	3.906,8	46,5
	2016	280,3	9,5	71,9	4.302,9	49,6
Faro	2011	36,0	2,2	54,7	428,3	34,7
	2012	33,1	2,2	58,4	428,7	31,6
	2013	33,8	2,4	67,2	469,9	38,3
	2014	33,7	2,3	67,5	478,9	39,8
	2015	38,7	2,8	65,7	574,8	42,7
	2016	39,2	3,6	66,7	701,9	50,9

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Algarve 2011 a 2016

Nota: a informação disponível até 30 de setembro de 2017

Em 2016, A análise de alguns indicadores da atividade turística no Algarve, evidenciados no quadro 25, permite constatar que o concelho de Faro apresenta uma capacidade de alojamento (com 39,2 camas por cada 1000 habitantes) bastante abaixo daquela que se verifica na região (com 280,3 camas por cada 1000 habitantes). O mesmo sucede com o indicador – dormidas por cada 100 habitantes, em que o resultado de Faro também é substancialmente inferior ao da região (701,9/100Hab para 4.302,9/100Hab)

Já no que se refere ao número de hóspedes por habitante a diferença entre Faro e o Algarve não é tão expressiva. De facto, Faro apresenta um valor de 3,6 hóspedes por habitante, enquanto o Algarve, apresenta 9,5 (2016). A taxa de ocupação – cama, embora superior para o Algarve apresenta um valor muito próximo para Faro, com uma diferença inferior a 1,3 pontos percentuais. O que nos leva a concluir que a sazonalidade não se faz sentir em Faro com a mesma intensidade do que no restante território regional, situação motivada pela presença, neste concelho, da oferta de serviços superiores, tais como o aeroporto e a universidade, entre outros.

Para além do lazer associado à permanência no destino, a região tem promovido, nos últimos tempos, a emergência de uma diversidade de novos produtos: turismo sénior, turismo de saúde ou de eventos internacionais que exploram as diversas vertentes da animação turística, turismo desportivo com evidência para as potencialidades das atividades ligadas à náutica e ao recreio.

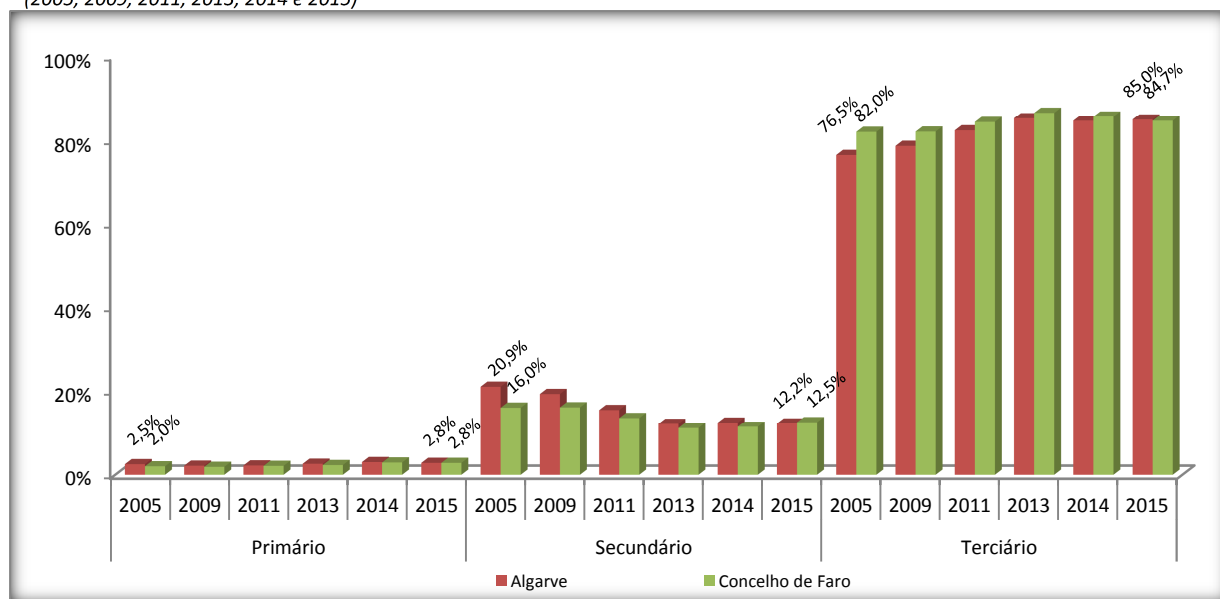
É ainda de salientar os esforços realizados na região com vista à definição de mecanismos de certificação e definição de modelos de gestão integrados que contemplem a vertente ambiente, o que permitirá ao Algarve ganhar notoriedade e uma imagem de preocupação com as questões ambientais junto dos principais mercados emissores. A componente da inovação é essencial para que a região ganhe quota de mercado numa das vertentes com maior potencial de crescimento na região: o golfe.

2.2 Emprego

De um modo geral, os indicadores de emprego, pela sua natureza, estão intimamente ligados aos indicadores da economia e das empresas. Assim sucede para o caso da Região do Algarve e do próprio concelho de Faro. Em 2015, acompanhando a tendência dos indicadores já tratados no ponto anterior, 84,7% da população empregada por conta de outrem estava concentrada no sector terciário; enquanto, 12,5% se dedicava ao sector secundário e apenas 2,89% ao primário.

No que se refere ao sector terciário, o concelho de Faro passou, relativamente à Região, de uma vantagem de 3,4% em 2009 para uma vantagem de 2% em 2011, de 1,3% em 2013 de 1% em 2014 e em 2015 diminuiu (-0,3%), o que evidencia uma terciarização mais acentuada na criação de emprego no concelho.

Gráfico 11 - Trabalhadores por conta de outrem em serviço dos estabelecimentos do concelho por sector de Atividade (2005, 2009, 2011, 2013, 2014 e 2015)

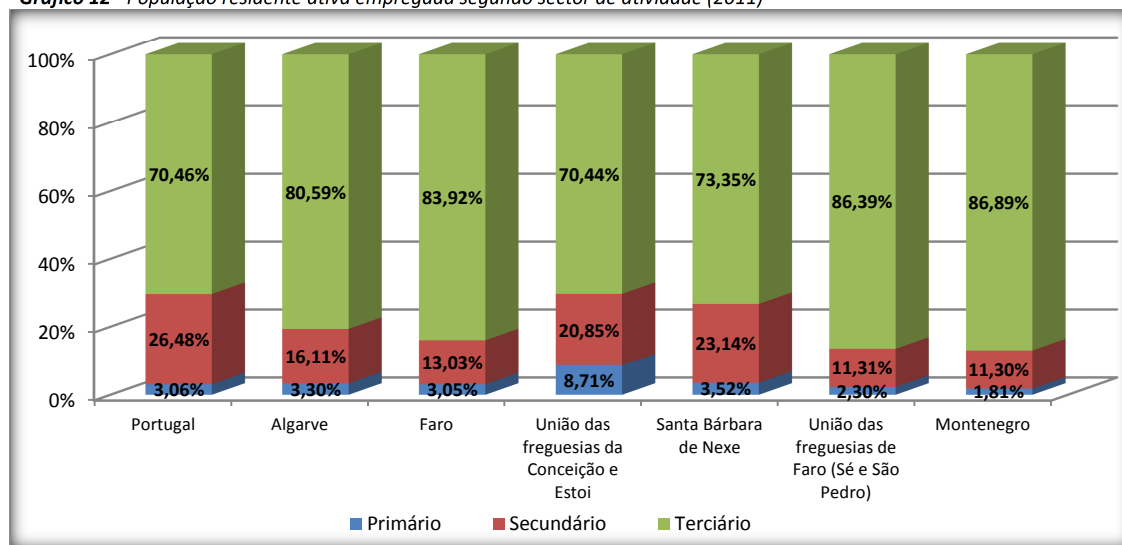


Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Algarve 2006, 2011, 2012 a 2016

No concelho de Faro e no período comparativo em análise (2005-2015), registou-se um acréscimo de trabalhadores por conta de outrem no sector primário (+0,8%), sendo que no secundário se verificou um decréscimo (-3,5%) relativamente à percentagem anterior. Pelo contrário, no sector terciário verificou-se um aumento de (2,7%), apesar do concelho de Faro ter perdido a vantagem em 2015.

Embora no sector terciário tenham adquirido importância atividades diferenciadas, fruto da centralidade dos serviços localizados no concelho, o sector produtivo em Faro encontra-se claramente fragilizado e revela possuir uma importância diminuta na criação de emprego, apresentando valores inferiores ao da média regional. Apenas as freguesias do interior do concelho (União das freguesias da Conceição e Estoi e Santa Bárbara de Nexe) apresentam maior equilíbrio entre os sectores produtivos e o terciário.

Gráfico 12 - População residente ativa empregada segundo sector de atividade (2011)



Fonte: Censos 2011 (Resultados definitivos)

Em 2011, 83,92% da população ativa residente no concelho encontrava-se empregada no sector terciário, valor ligeiramente superior ao verificado na região do Algarve (80,59%) e Portugal (70,46%). Em seguida, o sector secundário e primário têm pouca expressividade na economia do concelho, 13,03% e 3,05%, respetivamente. Ao nível regional e nacional, o sector secundário representa 16,11% e 26,48% da população ativa empregada e o primário 3,30%, 3,06%, perfazendo valores ligeiramente superiores aos do concelho de Faro.

Ao nível do concelho, são as freguesias urbanas as que apresentam uma dinâmica de terciarização mais acentuada. A União das freguesias de Faro (Sé e São Pedro) e Montenegro tinham mais de 86% da população ativa empregada no sector terciário. O sector secundário é mais representativo nas freguesias de Santa Bárbara de Nexe, União das freguesias da Conceição e Estoi, freguesias fora do perímetro urbano, 23,14%, e 20,85% respetivamente.

O peso do sector primário é residual, em termos de empregabilidade, na economia do concelho, sobretudo, nas freguesias mais urbanas. Apenas na União das freguesias da Conceição e Estoi, o sector primário ultrapassa a barreira de um dígito percentual, com 8,71% da sua população residente empregada neste sector de atividade.

Não existem os dados disponíveis para o concelho de Faro, mas sim encontra-se na região do Algarve, no ano de 2013, a população empregada.

Quadro 30 - Taxa de desemprego geral por unidade geográfica, de 1991, 2001 e 2011

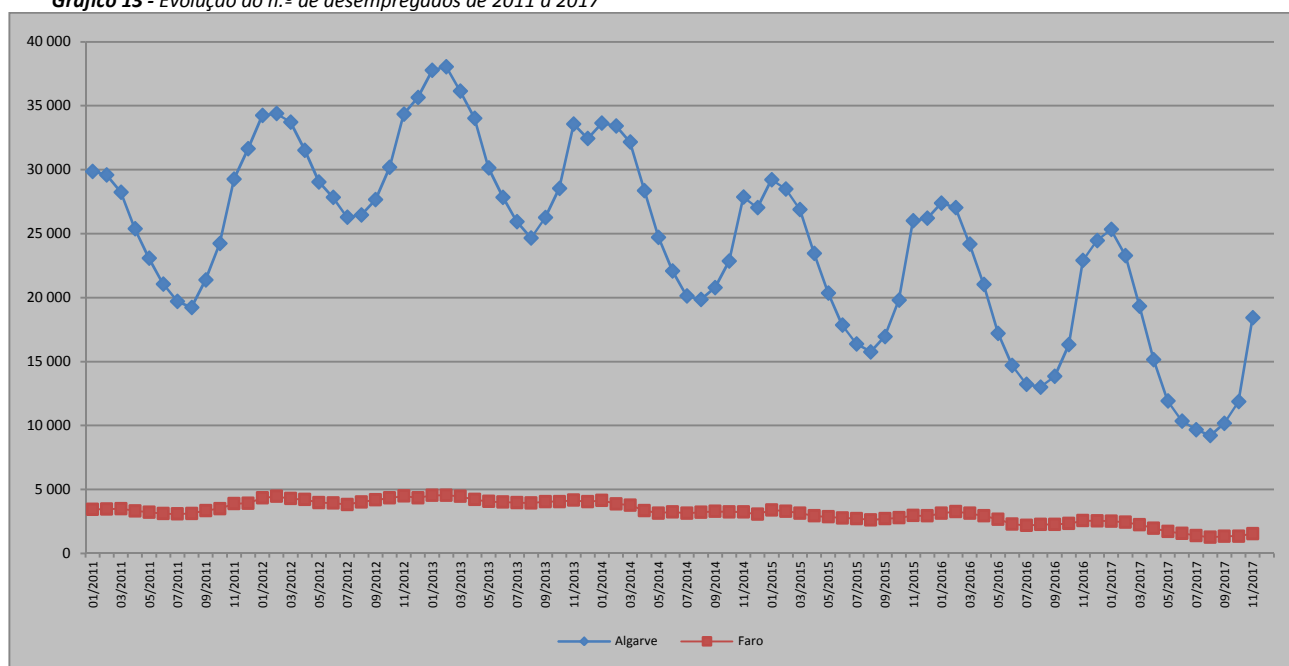
Unidade territorial	1991	2001	2011	Variação 91-01	Variação 01-11
Algarve	5,1%	6,2%	15,74%	1,1%	9,5%
Faro (Concelho)	4,7%	5,6%	13,24%	0,9%	7,6%
Conceição	2,6%	5,9%	15,22%	3,3%	9,3%
Estoi	4,1%	4,8%	12,23%	0,7%	7,4%
Santa Bárbara de Nexe	9,3%	4,6%	16,35%	-4,7%	11,8%
São Pedro	3,9%	5,5%	13,24%	1,3%	7,7%
Sé	5,0%	5,9%	13,47%	0,9%	7,6%
Montenegro	-	5,40%	10,67%	-	5,3%

Fonte: INE - Censos 1991, 2001 e 2011 (Resultados definitivos)

Em 1991, 2001 e 2011, o concelho de Faro apresentou uma taxa de desemprego de 4,7%, 5,6% e 13,24% respetivamente, valores inferiores ao da região. No período intercensitário em análise, a taxa de desemprego no concelho teve um acréscimo de 0,9% (91-01) e 7,6% (01-11) variações inferiores à média regional.

Regra geral, a tendência foi, igualmente, para o aumento da taxa de desemprego geral em todas as freguesias, de 1991 para 2001 e de 2001 para 2011. A exceção verificou-se na freguesia de Santa Bárbara de Nexe, onde, no período de 91-01, se verificou um decréscimo de 4,7%, mas, no período de 01-11, verificou-se, nesta freguesia, um acréscimo do desemprego de 11,8%, superior ao aumento verificado em outras freguesias do concelho de Faro. Contudo, esta freguesia é muito vulnerável a pequenas flutuações, tanto no emprego como no desemprego e é onde se regista, igualmente, a mais baixa taxa de atividade do concelho.

Gráfico 13 - Evolução do n.º de desempregados de 2011 a 2017



Fonte: IEFP, mercado de emprego, concelhos: estatísticas mensais 2011 a 2017

Não obstante, e de uma forma genérica, podemos verificar pela leitura do gráfico 13, relativo à evolução do número de desempregados registados no período de 2011 a 2017, que o emprego no concelho de Faro apresenta uma estabilidade bastante considerável apesar do desemprego ter aumentado ligeiramente entre 2011 e 2017.

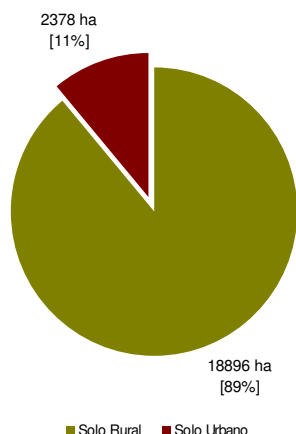
Por outro lado, na Região do Algarve o desemprego desce substancialmente no período do verão, atingindo os picos elevados no início de cada ano civil, o que denota a forte dependência do emprego em relação ao sector do turismo. Em contrário, a estabilidade deste indicador verificada em Faro revela a sua fraca dependência do turismo e, por conseguinte, do efeito da sazonalidade que lhe está associado.

3. AMBIENTE E TERRITÓRIO

3.1 Usos do solo

O concelho de Faro possui o seu PDM ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 174/95, de 19/12. Apesar de ter sofrido diversas alterações, mantém, grosso modo, a classificação do uso do solo inicial, excetuando-se duas situações pontuais: a área abrangida pelo PP do Parque das Cidades e a reclassificação e requalificação do solo, no sítio dos Braciais, para implementação de um programa de realojamento.

Gráfico 14 - Regime de uso de solo no concelho de Faro, segundo a sua classificação (solos rural e urbano)

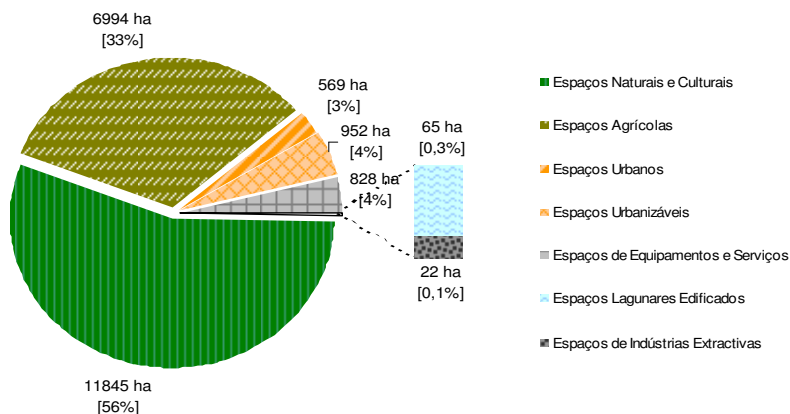


Classe de Espaço	Área	
	[ha]	%
Espaços Naturais	11669	61,8
Espaços Culturais	147	0,8
Espaços Agrícolas	6994	37,0
Espaços Lagunares Edificados	65	0,3
Espaços de Indústrias Extractivas	22	0,1
Solo Rural	18896	88,8
Espaços Culturais	29	1,2
Espaços Urbanos	569	23,9
Espaços Urbanizáveis	952	40,0
Espaços de Equipamentos e Serviços	828	34,8
Solo Urbano	2378	11,2
TOTAL DO CONCELHO	21274	100

Fonte: Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, CM Faro, 2007, in "Relatório de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal de Faro, 2008.

No respeitante ao regime de uso de solo, segundo a sua classificação, pode-se constatar que 11%, perfazendo 2.338 hectares (ha), correspondem a áreas integradas em solo urbano, enquanto a grande maioria do território concelhio está afeto, predominantemente, a solo rural, cerca de 89% (18.896 ha). O somatório de ambas as superfícies perfaz a área total do concelho, 213 km² (medição da autarquia), valor ligeiramente superior aos 202,57 km² tidos como área oficial do concelho de Faro.

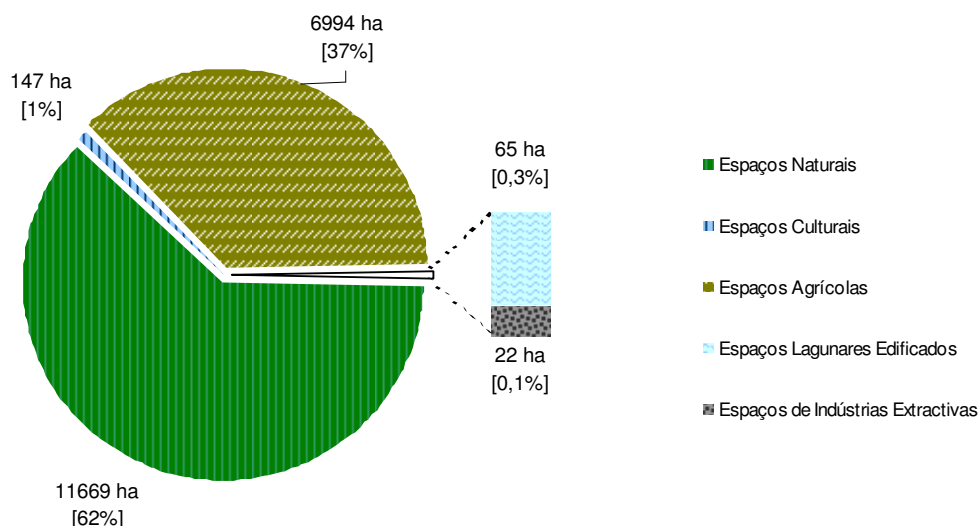
Gráfico 15 - Regime de uso de solo no concelho de Faro, segundo a sua qualificação (Espaços naturais e culturais, agrícolas, urbanos, urbanizáveis, de equipamentos e serviços, lagunares edificados e de indústrias extractivas)



Fonte: Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, CM Faro, 2007, in "Relatório de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal de Faro, 2008.

No que se refere à qualificação do solo, denota-se que predominam os Espaços Naturais e Culturais (56%), onde se destaca o Parque Natural da Ria Formosa, e os Espaços Agrícolas (33%). Os Espaços Urbanos e Urbanizáveis abrangem, no conjunto, 7% e os espaços destinados à instalação de Equipamentos e Serviços cerca de 4% do território concelhio. Os Espaços Lagunares Edificados e de Indústrias Extrativas têm áreas relativamente reduzidas.

Gráfico 16 - Regime de uso do solo rural no concelho de Faro, segundo a sua qualificação (Espaços naturais, culturais, agrícolas, lagunares edificados e de indústrias extrativas)



Fonte: Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, CM Faro, 2007, in "Relatório de Avaliação da Execução do Plano Director Municipal de Faro, 2008

A classificação do solo rural compreende as seguintes categorias, integra-se maioritariamente em Espaços Naturais (62%) e em Espaços Agrícolas (37%). Só estas duas categorias detêm cerca de 99%, ou seja, 18 663ha dos 18 896ha de superfície de solo classificado como rural no Plano Diretor Municipal de Faro. As restantes áreas (234ha) estão integradas nas categorias de Espaços Culturais (cerca de 1%), onde se destacam o Parque Ribeirinho de Faro e a Área Cultural do Milreu/Estoi, de Espaços Lagunares Edificados (0,3%) e de Espaços de Indústrias Extrativas (0,1%).

Considerando que os principais aglomerados urbanos do concelho que têm vindo a ser tratados (Faro, Montenegro, Patação, Conceição, Estoi, Santa Bárbara de Nexe e Bordeira) foram integrados no PDM de Faro na categoria de espaços urbanos estruturantes, correspondendo a malhas urbanas existentes com ocupação edificada consistente, que dispunham de infraestruturas urbanísticas, de equipamentos e de serviços que evidenciavam o seu grau de consolidação, podemos afirmar com segurança que se tratava de áreas urbanas consolidadas já à altura da entrada em vigor do PDM de 1995. A tais espaços urbanos consolidados foram atribuídos espaços urbanizáveis de expansão que com base na fundamentação do próprio PDM consubstanciavam a capacidade de crescimento de cada um destes aglomerados e que, na sua totalidade perfaziam 619,5ha, conforme indicam os dados recolhidos no REOT-Faro³⁰. Do total da área dos espaços urbanizáveis de expansão apenas foram ocupados, em mais de 15 anos de vigência do PDM de 1995, cerca de 304,1ha, o que equivale a menos de 50% dessa área e corrobora a ideia generalizada de que os perímetros urbanos foram sobredimensionados nos PDM de primeira geração, pelo que não se justificará, à partida, o aumento dos perímetros urbanos, no horizonte temporal do presente plano estratégico.

Por outro lado, como já vimos pela leitura da figura nº 7 o número de alojamentos no concelho de Faro é bastante superior ao número de famílias clássicas, em especial na cidade de Faro, onde se verificou a maior percentagem de ocupação de solo urbanizável de expansão, aproximadamente 60%. Apesar de também se ter

³⁰ Câmara Municipal de Faro, Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) e Determinação do Âmbito da Avaliação Estratégica (AAE) e do Alcance e Nível de Pormenorização da Informação a Introduzir no Relatório Ambiental (RA), dezembro 2011
20/07/2018

verificado um aumento significativo no número de residentes, tal aumento é bastante inferior ao do número de fogos registados.

Ainda de acordo com a informação disponibilizada pelo REOT-Faro estão ainda disponíveis dentro dos perímetros urbanos traçados no PDM de 1995 as áreas para ocupação urbana identificadas no quadro seguinte.

Quadro 31 - Áreas urbanizáveis de expansão disponíveis nos aglomerados urbanos estruturantes do concelho de Faro

Nome Aglomerado	PDM						SITUAÇÃO ATUAL							
	Espaço Urbano		Espaço Urbanizável		Total Per. Urbanos		Espaço Urbano				Espaço Urbanizável			
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	Ocupado	Não Ocupado	Ocupado	Não Ocupado	Ocupado	Não Ocupado	Ocupado	Não Ocupado
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%
Cidade de Faro	337,234	60%	229,004	40%	566,238	100%	332,532	99%	4,702	1%	136,424	60%	92,580	40%
Montenegro/Gambelas	79,106	22%	287,329	78%	366,435	100%	68,805	87%	10,301	13%	140,604	49%	146,725	51%
Estoi	26,140	41%	38,038	59%	64,178	100%	20,111	77%	6,029	23%	6,517	17%	31,521	83%
Santa Bárbara de Nexe	9,155	24%	29,722	76%	38,877	100%	4,501	49%	4,654	51%	10,485	35%	19,237	65%
Conceição	10,857	42%	15,159	58%	26,016	100%	6,194	57%	4,663	43%	3,034	20%	12,125	80%
Patação	14,945	52%	13,594	48%	28,539	100%	12,286	82%	2,659	18%	5,523	41%	8,071	59%
Bordeira	24,265	79%	6,622	21%	30,887	100%	8,695	36%	15,570	64%	1,551	23%	5,071	77%
Total	501,7	45%	619,5	55%	1.121,2	100%	453,1	90%	48,6	10%	304,1	49%	315,3	51%

Fonte: Câmara Municipal de Faro – REOT-Faro (dezembro 2011)

Os espaços culturais integrados nos espaços urbanos consolidados correspondem, na sua maioria, aos núcleos históricos de Faro, onde se tem vindo a desenvolver um importante trabalho no âmbito da reabilitação urbana, designadamente, na preparação dos instrumentos que permitirão, tando à autarquia como aos privados enquadrar legal e financeiramente as operações que se espera trarão uma nova vida ao Centro Histórico de Faro.

Neste sentido, encontram-se já aprovadas cinco Áreas Reabilitação Urbana para a cidade de Faro: A Vila Adentro (abrangendo 8,2ha e 178 edifícios); O Bairro Ribeirinho (abrangendo 8,15ha e 456 edifícios); a Mouraria (abrangendo 12ha e 370 edifícios); a Envolvente à “Zona Histórica de Faro” (abrangendo 31,43 ha) e o Alto Rodes (abrangendo 4,80 ha e 310 edifícios). Relembramos que Faro possui 22 imóveis classificados, dos quais 3 são monumentos nacionais, 16 imóveis de interesse público e 3 imóveis de interesse municipal, para além de 11 imóveis em vias de classificação. A maioria destes imóveis localiza-se dentro dos perímetros das Áreas de Reabilitação Urbana aprovadas, o que aumenta o valor patrimonial associado.

Figura 8 – Áreas Reabilitação Urbana para a cidade de Faro



Fonte: <http://www.cm-faro.pt/pt/menu/782/areas-de-reabilitacao-urbana-arx.aspx>

3.2 Saneamento básico, abastecimento de água e resíduos urbanos

O concelho de Faro integra-se no sistema intermunicipal de abastecimento de água ao sotavento algarvio (ASA) gerido pela empresa Águas do Algarve S.A. Trata-se de um sistema de adução em alta, ou seja, apenas distribui a água aos concelhos, conduzindo-a até aos pontos de entrega, a partir dos quais a responsabilidade pela distribuição domiciliária fica a cargo dos Municípios.

Com uma extensão de 563 km, a rede de distribuição de água é explorada, no concelho de Faro, pela empresa FAGAR - Gestão de Águas e Resíduos, E.M., assegurando em 2016, uma taxa de cobertura concelhia de cerca de 96%³¹.

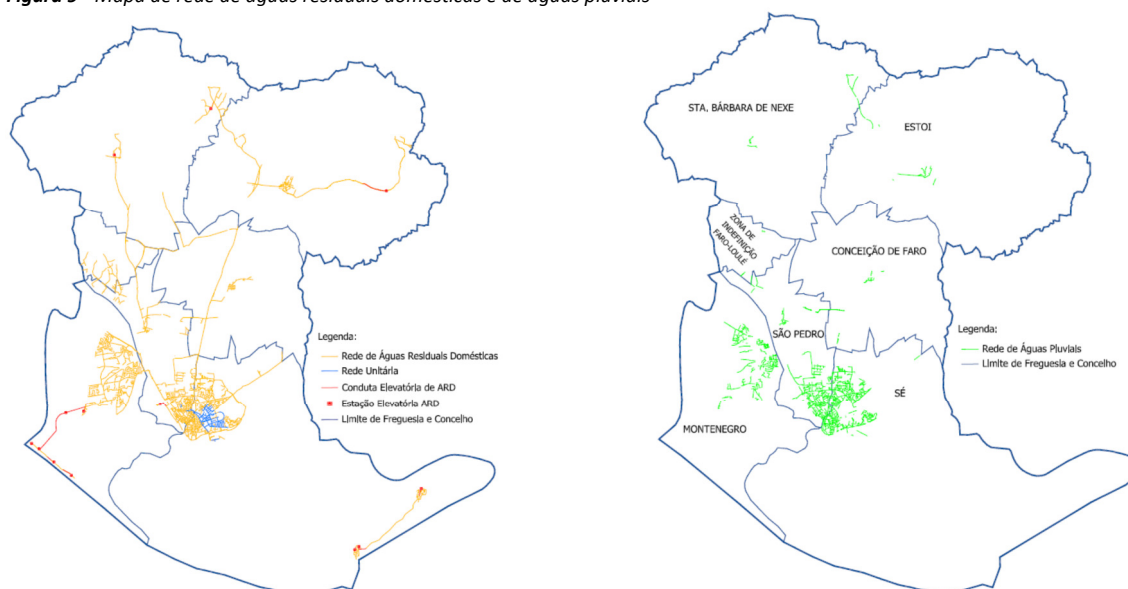
O sistema de abastecimento possui uma capacidade de reserva de 28.830 m³ e é distribuído por 21 reservatórios: Alto Rodes, Alto de Sto. António, Montenegro, Estoi, Pé de Outeiro, Laranjeira, Azinheiro, Praia de Faro, Pão Branco, Falfosa, R1 "Guelhin", R2 "Bordeira", R3 "Bordeira", Culatra, R4 "Bordeira", QR1, 2,3,4 Quinta das Raposeiras, Gorgões.

Com 36.670 clientes que consumiram 4.739.386 m³ de água no território concelhio (valores de dezembro de 2016), a empresa FAGAR - Gestão e Resíduos, EM, tem conseguido acompanhar a evolução do crescimento da população.

Com uma extensão de 385km, a rede de recolha de águas residuais e pluviais é explorada no concelho de Faro, pela empresa FAGAR - Gestão de Águas e Resíduos, EM, servindo 33.573 clientes e contemplando uma taxa de cobertura no concelho de 90%.

Em 2015 e 2016 foram recolhidas amostras de água no Concelho de Faro, que corresponderam 1.247 passaram 1.444 análises das quais resultaram 99,89 para 100,00% de situações de conformidade como se pode constatar dos editais trimestrais publicitados no site da empresa e num jornal local.

Figura 9 - Mapa de rede de águas residuais domésticas e de águas pluviais



Fonte: site da Fagar http://www.fagar.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=31

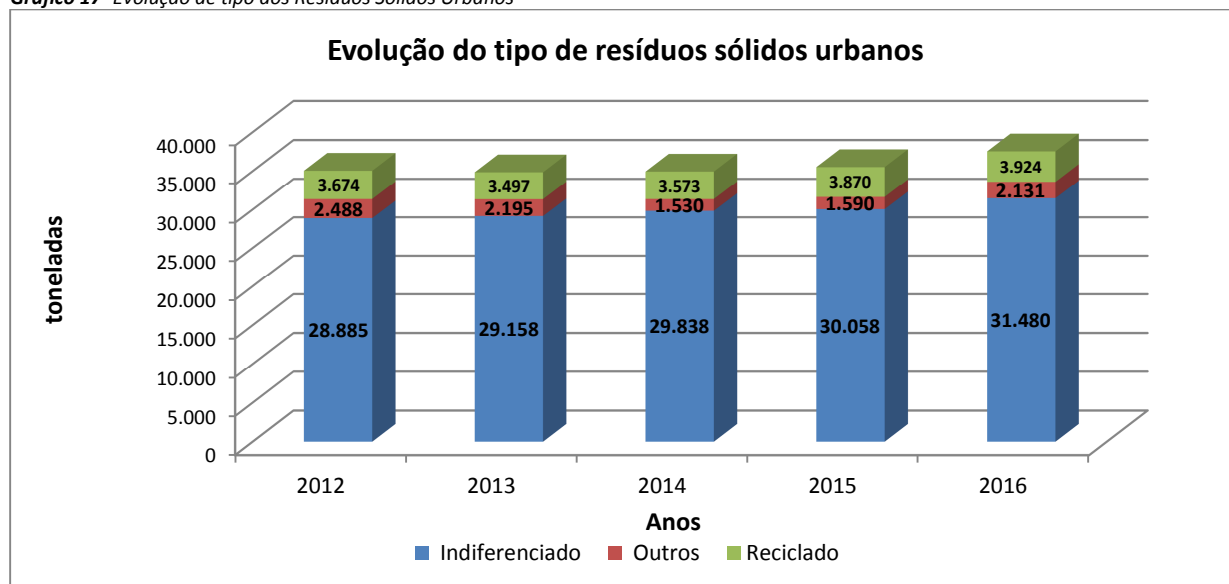
³¹ http://www.fagar.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=31
Relatório e Contas 2016 - Fagar

Quadro 32 – Evolução de Indicadores dos Resíduos sólidos urbanos

Indicadores de Resíduos Sólidos Urbanos	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016
Indiferenciado	Toneladas	28.885	29.158	29.838	30.058	31.480
Outros	Toneladas	2.488	2.195	1.530	1.590	2.131
Reciclado	Toneladas	3.674	3.497	3.573	3.870	3.924
Resíduos sólidos urbanos recolhidos	Toneladas	35.047	34.850	34.941	35.518	37.535
Clientes do RSU	N.º	34.084	34.166	34.420	35.035	35.447
Faturação total das tarifas de RSU	€	-	-	3.827.988	4.163.638	4.163.638
Custo total da deposição em Alta - ALGAR	€	-	-	1.049.955	1.162.149	1.206.949

Fonte: Fagar, Relatório das Contas 2016

Gráfico 17- Evolução de tipo dos Resíduos Sólidos Urbanos



Fonte: Produção Própria com base em dados na DDEPT DO Município de Faro

A Fagar assegura a recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos (indiferenciados) em toda a extensão do concelho de Faro, disponibilizando para o efeito 2.349 equipamentos de deposição, dos quais 165 são subterrâneos, distribuídos por 1.109 locais. À semelhança dos anos transatos, ao longo de 2016 foram promovidas diversas reestruturações de gares de contentores, com vista à otimização e melhoria da qualidade do serviço prestado, o que permitiu dar ao aumento da eficiência do serviço, que resulta por um lado da redução do número de contentores em 6% (maior nível de enchimento), e por outro lado o aumento em cerca 2% dos locais de recolha, garantindo-se assim uma melhor distribuição dos equipamentos e o consequente aumento de acessibilidade física do serviço.

A atividade de recolha encontra-se organizada em 14 circuitos, dois dos quais implementados nas ilhas da Culatra, Hangares, Farol e Deserta, que funcionam diariamente, consoante os locais e as necessidades em termos de produção de resíduos.

Em 2016, manteve-se a tendência de aumento da quantidade de resíduos indiferenciados recolhidos (31.480 toneladas), verificada nos últimos anos, inclusive com a uma taxa de crescimento superior à verificada nos anos anteriores (cerca 5%), correspondendo esta fração a 84% do peso da totalidade dos resíduos sólidos recolhidos no concelho de Faro pela Fagar e pela Algar, entidade responsável pela recolha de resíduos recicláveis. No

quadro 32 é possível observar a evolução das quantidades de resíduos recolhidos no concelho nos últimos 5 anos.

Tal como é evidenciado no quadro 33, o concelho de Faro despendeu, no ano de 2011 e de 2016, um total de 1.081 milhares de euros em despesas passaram de 852 milhares de euros com o ambiente, enquanto as câmaras municipais da região do Algarve no seu conjunto despenderam 34.342 milhares de euros, dos quais 26.350 milhares de euros se destinaram à gestão de resíduos e 6.938 milhares de euros à proteção da biodiversidade e da paisagem passaram de 37.347 milhares de euros com o ambiente.

Comparando os anos de 2011 e 2014, cada habitante do concelho de Faro produziu 615 kg/hab., de resíduos urbanos e para 636 kg/hab., registando-se um acréscimo. Os valores registados de resíduos urbanos no concelho de Faro, correspondente baixa da média da região do Algarve, 839kg para 764kg/hab. Aproximadamente 20% dos resíduos urbanos eram recolhidos seletivamente em Faro em 2011 em 2014 de 23% e na Região do Algarve 26% do volume global de resíduos urbanos passou para 23%.

Quadro 33 - Indicadores de Ambiente, 2011 e 2016

Unidade Territorial	Anos	Receitas das Câmaras Municipais em Ambiente - Total	Despesas das Câmaras Municipais em Ambiente - Total	Resíduos urbanos por habitante	Proporção de resíduos recolhidos seletivamente
	-	1.000 €	1.000 €	Kg	%
Algarve	2011	13.473	34.342	839	26
	2014	17.321	33.907	764	23
	2015	18.577	36.969	N/D	N/D
	2016	19.363	37.347	N/D	N/D
Faro	2011	21	1.081	615	20
	2014	62	850	636	23
	2015	42	956	N/D	N/D
	2016	52	852	N/D	N/D

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Algarve 2011 e 2016

3.3 Estrutura verde e qualidade do ar

No âmbito do Ambiente há a considerar diversas temáticas, sendo que, ao nível do saneamento básico e do abastecimento de água, verificamos que Faro apresenta valores inferiores à média da região, motivo pelo qual haverá que fazer um esforço adicional para colocar o concelho ao nível da média regional se não numa posição superior, tratando-se da capital de distrito e a principal porta de entrada para a região. De facto, 92%³² da população do concelho encontra-se servida por sistemas de abastecimento de água, contra 98% da população regional. No que concerne à cobertura por sistemas de drenagem de águas residuais, verifica-se no concelho de Faro uma cobertura de 83% da população contra 88% a nível regional. Estes valores irão no entanto melhorar de forma significativa em breve, graças aos fortes investimentos dos últimos anos para a realização das redes ainda em falta nas zonas rurais.

No que se refere à estrutura verde concelhia, contamos com uma estrutura verde principal aproximada de 45ha e de uma estrutura verde secundária com cerca de 39ha, encontrando-se afetos ao espaço verde público 18,4ha. Aos valores aduzidos correspondem captações de 12 m2 de estrutura verde principal/habitante e de 9 m2 de estrutura verde secundária/habitante.

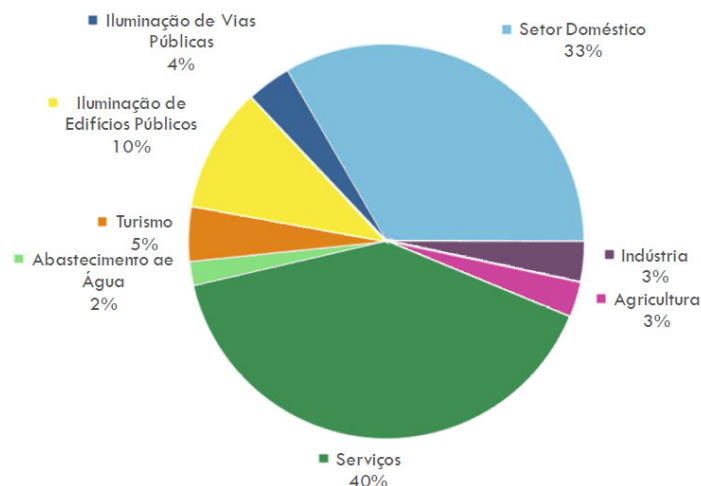
No domínio da energia, verificamos que os consumos³³ no ano de 2014, por vetor energético, no concelho de Faro se repartem maioritariamente em quatro vetores: a eletricidade (31% do consumo global de energia), que

³² INE – Anuário estatístico da região do Algarve 2011

³³ Irradiare (2016) – Relatório Intercalar

assume a liderança; seguida de muito próximo pelo gasóleo rodoviário (30%); pela gasolina e gás auto (15%) e por fim o gás propano e butano (12% e 7% respetivamente). Donde se retira de 45% do consumo energético do concelho advém das necessidades de mobilidade rodoviária, o que, decididamente, é excessivo para um futuro, que se pretende mais verde e amigo do ambiente.

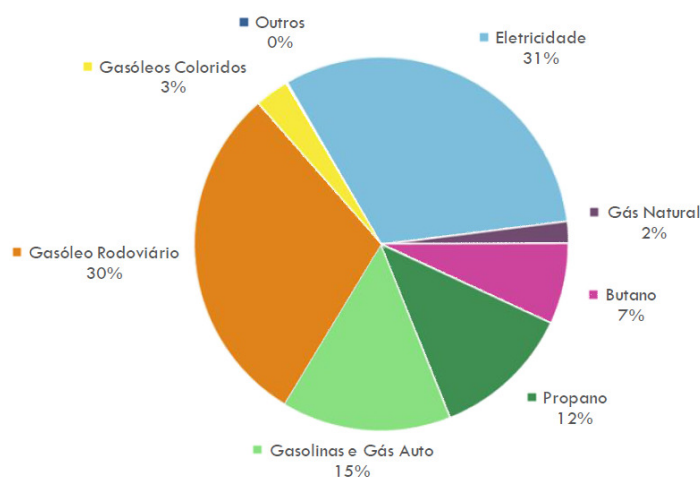
Gráfico 18 - Consumo de Energia Elétrica por Setor de Atividade (2014)



Fonte: Irradiare, Relatório Intercalar 2016

Já no que respeita aos sectores de atividade, verifica-se que o sector de serviços assume a liderança (com 40% do consumo concelhio de energia); seguido do sector doméstico (com 33%); da iluminação de edifícios públicos (10%) e do turismo (5%), para falar apenas dos mais representativos.

Gráfico 19 - Consumo de Energia por Vetor Energético (2014)



Fonte: Irradiare, Relatório Intercalar 2016

Podemos ainda referir que a temperatura média anual ronda o 19º e que Faro desfrutou em 2011 de 294 dias sem precipitação (resultados provisórios do INE).

3.3.1 Espaços verdes urbanos (Estrutura verde)

Esta estrutura deverá ser constituída por duas subestruturas, para as quais se apontam as seguintes dimensões: estrutura verde principal – 12m²/habitante e estrutura verde secundária – 9m²/habitante.

A estrutura verde principal engloba os espaços verdes localizados nas áreas de maior interesse ecológico ou nas zonas mais importantes para o funcionamento dos sistemas naturais (vegetação, circulação hídrica e climática, património paisagístico, etc.). Com esta estrutura pretende-se assegurar a ligação da paisagem envolvente ao centro da cidade e o enquadramento das redes de circulação viária e pedonal, por integração dos espaços que constituem os equipamentos coletivos verdes de maior dimensão e de conceção mais naturalista.

Há ainda, a considerar as zonas ameaçadas pelas cheias; laguna; faixa de proteção de 10m da rede hidrográfica; matas e conjuntos de árvores com significado em espaços naturais, que possuem uma importante função ecológica sobre os principais aglomerados urbanos do concelho.

A estrutura verde secundária penetra nas zonas edificadas, apresentando portanto um carácter mais urbano, e modificando-se ao longo do seu percurso, para constituir ora um espaço de jogo e recreio, ora uma praça arborizada, ora um separador entre trânsito e peões.

Na cidade de Faro existem alguns jardins e espaços verdes como o Jardim Manuel Bívar, o Jardim da Alameda João de Deus, a Mata do liceu, que, para além das funções ecológicas, apresentam importantíssimas funções de recreação, lazer e desportivas fundamentais para o bem-estar físico e psicológico da população.

Jardim Manuel Bívar, atualmente com algumas espécies arbóreas, localiza-se no coração da cidade e é o espaço onde no verão decorrem algumas feiras e outras manifestações culturais.

O maior espaço ajardinado da cidade é o Jardim da Alameda João de Deus. Neste espaço podem ser apreciadas diferentes espécies vegetais, nomeadamente algumas árvores centenárias e animais. No Jardim existe ainda uma pequena cascata, um lago e pode-se usufruir de vários equipamentos lúdicos, minigolfe, parque infantil, polidesportivo e parque geriátrico. Destaca-se a fachada do antigo matadouro, um bom exemplar do revivalismo neoárabe, que está inserida neste jardim e que serve de acesso à Biblioteca Municipal de Faro adjacente ao Jardim da Alameda.

A Mata do Liceu situada junto ao Liceu, é um local de lazer com Parque Infantil, zona de piqueniques, pista de manutenção e muita sombra.

Os Espaços Verdes, do concelho de Faro apresentam uma extensão de cerca de 46 hectares de área permeável com um rácio de 0,7 Jardineiro por cada hectare (informação disponível no site da FAGAR).

3.4 Temperatura, Precipitação e Qualidade de Ar

A temperatura média anual do ar registada no concelho de Faro, no ano de 2014, foi de 18,0° C, refletindo um acréscimo (+0,2° C) face ao ano anterior. Este acréscimo face a 2013 foi extensível ao registo mínimo (+0,5° C) e ao registo máximo (+0,2° C). Agosto foi o mês mais quente, com uma temperatura máxima que atingiu, em média, 29,4° C e registando menos 0,8° C do que no mesmo mês do ano anterior. Fevereiro foi o mês mais frio (no ano anterior tinha sido no mesmo mês) registando 5,3° C de temperatura média mínima (menos 2,7° C do que o mês mais frio de 2013).

Em 2014, no concelho de Faro, a precipitação total anual aumentou de 939,0 para 1098,2 mm, sendo 301 o registo de dias sem precipitação. O mês com maior precipitação foi novembro (registando 141,8 mm de precipitação) e o mês com menor precipitação foi agosto (0,0 mm).

No que se refere ao Índice de Qualidade do Ar, calculado em função do número de dias com leitura por ano, este apresenta-se dividido em cinco categorias de qualidade que vão de “muito bom” a “mau” conforme se depreende da leitura do quadro seguinte.

Constata-se que entre 2006 e 2007, predominou a classe de “bom”, tendo-se verificado a partir de 2010 um decréscimo acentuado das classes de “bom”, “médio”, “fraco”, o que certamente se prende com a redução dos meios para levantamento de dados.

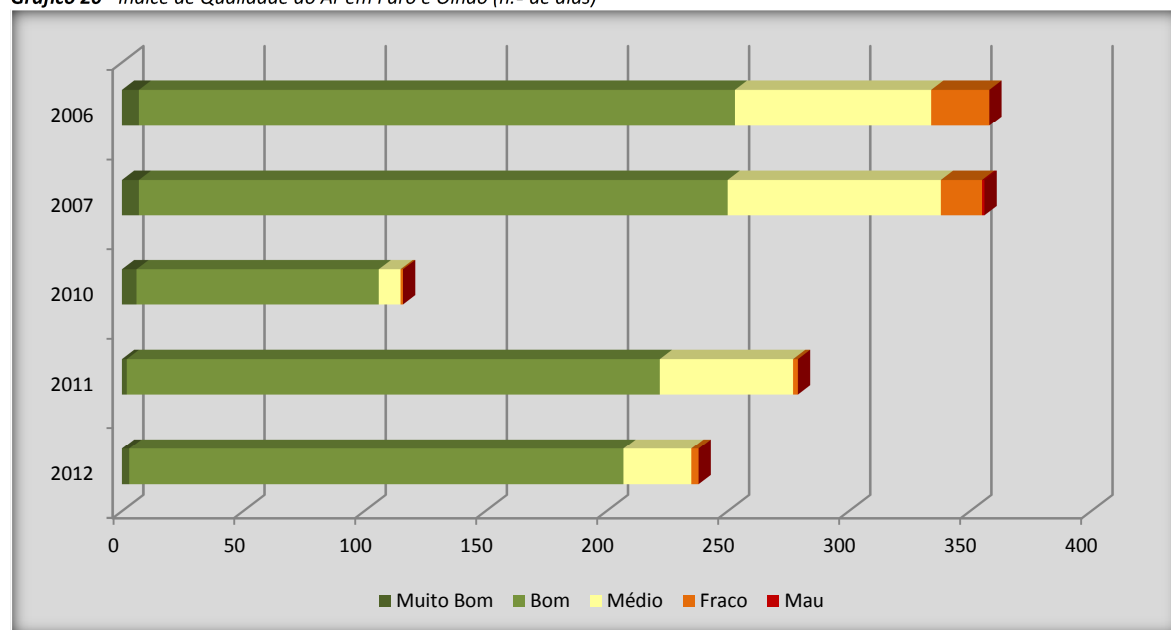
Os dados a partir dos quais o IQAr (índice de qualidade do ar) de forma simples a qualidade do ar no concelho de Faro e é calculado são os valores horários dos poluentes NO² (dióxido de azoto), SO² (Dióxido de enxofre) e O³ (ozono), o valor médio de oito horas consecutivas do CO e ainda o valor médio diário das PM¹⁰.

Quadro 34 - Índice de Qualidade do Ar - IQAr

Anos	Classes de qualidade (Dias)					Total
	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau	
2012	3	204	28	3	0	238
2011	2	220	55	2	0	279
2010	6	100	9	1	0	116
2007	7	243	88	17	1	356
2006	7	246	81	24	0	358

Fonte: Anual - INE, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. - Qualar -base de dados online sobre qualidade do ar
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006693&contexto=bd&selTab=tab2

Gráfico 20 - Índice de Qualidade do Ar em Faro e Olhão (n.º de dias)



Fonte: Anual - INE, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. - Qualar -base de dados online sobre qualidade do ar
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006693&contexto=bd&selTab=tab2

Em 2012, e à semelhança do verificado em anos anteriores, a categoria predominante do Índice de Qualidade do Ar (IQAr) foi “Bom”. A Aglomeração Faro/Olhão apresentou uma trajetória acentuada descendente na percentagem de dias inferiores a “Bom” desde o início da série até 2007. Em 2008 e 2009, essas leituras foram interrompidas. Em geral, na Aglomeração em análise, no ano de 2011, verificou-se uma percentagem menor de dias com resultados inferiores a “Bom” em relação aos anos 2006 e 2007.

"O índice de qualidade do ar é uma ferramenta que permite:

- uma classificação simples e compreensível do estado da qualidade do ar. Este índice foi desenvolvido para poder traduzir a qualidade do ar, especialmente das aglomerações existentes no país, mas também de algumas áreas industriais e cidades;
- um fácil acesso do público à informação sobre qualidade do ar, através da consulta direta ou através dos órgãos de comunicação social;

- dar resposta às obrigações legais”³⁴.

Uma Aglomeração é uma zona caracterizada por um número de habitantes superior a 250.000 ou em que a população seja igual ou fique aquém de tal número de habitantes, desde que não inferior a 50.000, sendo a densidade populacional superior a 500 hab./km²³⁵.

Uma Zona é uma área geográfica de características homogéneas, em termos de qualidade do ar, ocupação do solo e densidade populacional³⁶.

Âmbito geográfico: Faro/Olhão.

Quanto à metodologia de cálculo do IDS, Fórmula de cálculo e periodicidade, podemos referir que "O Índice de Qualidade do Ar (IQAr)" de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área. Os valores assim determinados são comparados com as gamas de concentrações associadas a uma escala de cores sendo os poluentes com a concentração mais elevada os responsáveis pelo IQAr.

Diariamente, este índice é disponibilizado pela Agência Portuguesa do Ambiente, com base em informação recolhida pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional a partir de valores médios de concentração dos seguintes poluentes³⁷:

- Dióxido de azoto (NO²) – médias horárias
- Dióxido de enxofre (SO²) – médias horárias
- Ozono (O³) – médias horárias
- Monóxido de carbono (CO) – médias de 8 horas consecutivas

"O índice varia de Muito Bom a Mau para cada poluente (...). É também possível consultar como variam os intervalos de classificação do índice para os anos compreendidos entre 2001 e 2010 (ano em que ficam inalteráveis os valores-limite, dado que já não haverá para os poluentes em causa qualquer margem de tolerância)"³⁸.

"Independentemente de quaisquer fatores de sinergia entre diferentes poluentes, o grau de degradação da qualidade do ar estará mais dependente da pior classificação verificada entre os diferentes poluentes considerados, pelo que o IQAr será definido a partir do poluente que apresentar pior classificação"³⁹.

Conclusão

A entrada em vigor da Lei n.º 61/2012 de 5 de dezembro, referente à fixação dos limites territoriais dos municípios de Faro e de Loulé, produziu alterações nos limites do concelho de Faro, designadamente nas freguesias de Montenegro, São Pedro (atualmente designada União das freguesias de Faro, em resultado da agregação com a freguesia da Sé, com a entrada em vigor da Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro) e Santa Bárbara de Nexe, do município de Faro.

Adicionalmente, verificaram-se ainda outras alterações incluídas na Carta Administrativa Oficial de Portugal (atualmente em vigor a CAOP2013) face à versão em vigor à data dos Censos 2011 (CAOP2010), que foi a versão utilizada nos exercícios de estimativas de população residente de 2011 a 2014, já divulgados pelo INE.

³⁴ Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

³⁵ Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho

³⁶ Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho

³⁷ Partículas inaláveis (PM10) - média diária" (Fonte: APA)

³⁸ Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

³⁹ Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Face a estas alterações territoriais, procedeu-se ao cálculo de estimativas de população residente para 2014 (31 de dezembro de 2014) segundo a divisão administrativa atualmente em vigor, que corresponde à CAOP 2013, e ainda à revisão das estimativas provisórias pós censitárias de população residente em 31 de dezembro de 2011 e 2012 já divulgadas pelo INE, de forma a constituir-se uma série harmonizada assente nos Censos 2011 segundo a CAOP 2013. No âmbito destes exercícios, os valores relativos a nados vivos e óbitos (saldo natural) do município de Faro, utilizados quer no cálculo das estimativas de população residente quer no cálculo de indicadores demográficos derivados, foram ajustados segundo a CAOP 2013.

Divisão Geográfica em Vigor a 31 de Dezembro de 2014 no Concelho de Faro (Estimativas)

Quadro síntese de indicadores demográficos selecionados	Unidade de Medida	2011	2012	2013	2014	2015	2016
População, indicadores e Taxas							
População Residente HM	N.º	63.617	62.714	61.749	61.214	61.019	61.073
População Residente H	N.º	30.367	29.953	29.505	29.220	28.965	29.005
População Residente M	N.º	33.250	32.761	32.244	31.994	32.054	32.068
População Média Anual Residente HM	N.º	64.338	63.166	62.232	61.482	61.117	61.046
População Média Anual Residente H	N.º	30.782	30.160	29.729	29.363	29.093	28.985
População Média Anual Residente M	N.º	33.556	33.006	32.503	32.119	32.024	32.061
Relação de Masculinidade	N.º	91,3	91,4	91,5	91,3	90,4	90,4
Relação de Masculinidade da População com 65 e mais anos de idade	N.º	74,5	74,4	74,6	74,4	74,5	75,3
Saldo Natural	N.º	72	7	-94	-47	-36	-32
Saldo Migratório	N.º	-1514	-910	-871	-488	-159	86
Crescimento efetivo	N.º	-1442	-903	-965	-535	-195	54
Taxa de Crescimento efetivo	%	-2,24	-1,43	-1,55	-0,87	-0,32	0,09
Taxa de Crescimento Natural	%	0,11	0,01	-0,15	-0,08	-0,06	-0,05
Taxa de Crescimento Migratório	%	-2,35	-1,44	-1,4	-0,79	-0,26	0,14
Índice de Dependência de Jovens	N.º	22,8	23,1	23,4	23,5	23,6	24,1
Índice de Dependência de Idosos	N.º	27,1	28,4	29,9	31,0	31,9	32,9
Índice de Dependência de Total	N.º	50	51,5	53,4	54,5	55,5	57,0
Índice de envelhecimento	N.º	118,7	122,8	127,9	132,0	135,5	136,3
Índice de Longevidade	N.º	47,2	47,2	47,1	47,2	46,9	46,6
Índice de Renovação na População em Idade Ativa	N.º	89	79,7	71,9	67,9	64,3	64,6
Índice de Potencialidade	N.º	83,7	76,1	69,4	65,5	62,5	60,0
Natalidade							
Nados Vivos	N.º	689	626	542	587	607	665
Taxa bruta de Natalidade	‰	10,8	10,1	8,7	9,5	9,9	10,9
Taxa de Fecundidade Geral	‰	44,5	42,1	37,3	41,7	43,8	48,6
Mortalidade Geral							
Óbitos	N.º	597	607	636	634	644	697
Taxa bruta de Mortalidade	‰	9,7	9,9	10,2	10,3	10,5	11,4
Nupcialidade							
Casamentos	N.º	310	319	281	267	227	184
Taxa bruta de Nupcialidade	‰	4,8	5,1	4,5	4,3	3,7	3,0
Divórcios decretados	N.º	174	208	163	-	157	157
Taxa bruta de divórcio	‰	2,7	3,3	2,6	2,5	2,4	2,6
Casamentos dissolvidos por morte	N.º	267	262	256	252	261	253

Fonte: Série Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, segundo a divisão administrativa correspondente à Carta Administrativa Oficial de Portugal 2013 (CAOP2013) e a nova versão das NUTS (NUTS 2013) em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2016, a população residente no concelho de Faro foi estimada em 61.073 pessoas, mais 54 do que a população estimada para 31 de dezembro de 2015, o que representou uma taxa de crescimento efetivo positiva, que se situou em 0,09 %, reflexo da conjugação de saldos natural negativo e migratório positivo.

Aumentou o número de nados vivos e também aumentou o número de óbitos, registando-se um aumento do valor negativo do saldo natural, sobretudo em resultado do aumento de nascimentos.

Em 2016, realizaram-se no concelho de Faro, 184 casamentos, menos 43 do que em 2015 (227). O valor da taxa bruta de nupcialidade reduziu-se para 3,0 casamentos por mil habitantes (3,7 em 2015).

Fontes Bibliográficas

- INE – Instituto Nacional de Estatística, Censos 1991, 2001 e 2011 – Resultados Definitivos
- INE – Instituto Nacional de Estatística, Anuários Estatísticos da Região Algarve 2000, 2006, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016
- INE – Instituto Nacional de Estatística, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 2009, 2011 e 2013
- INE – Recenseamentos agrícolas 1999 e 2009
- DOCAPESCA, Portos e Lotas SA (2012) Relatório e Contas 2012
- Carta Educativa do Concelho de Faro 2012 – 2017
- FAGAR – Relatório das Contas 2018
- Irradiare, Science for evolution - Relatório Intercalar (2016)
- Relatório de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal de Faro, 2008, adaptado à nova delimitação administrativa entre Loulé e Faro fixada pela Lei 61/2012, de 05/12
- Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) e Determinação do Âmbito da Avaliação Estratégica (AAE) e do Alcance e Nível de Pormenorização da Informação a Introduzir no Relatório Ambiental (RA), dezembro 2011
- Câmara Municipal de Faro, Divisão de Sistemas de Informação e Comunicações/SIG, Agosto de 2012
- Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - Sids Portugal, 2010
- Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho
- Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro. Define as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto.
- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro – Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural

SITES

- Site do Município de Faro – www.cm-faro.pt
- Site do INE (Instituto Nacional de Estatística) – www.ine.pt
- Site da Fagar - http://www.fagar.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=31
- Site da Pesca - <http://www.docapesca.pt/>

SIGLAS

SIG - Sistema de informação geográfica;

PDM - Plano Diretor Municipal de Faro;

INE – Instituto Nacional de Estatística;

EPCC – Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio;

IpC – Indicador per Capita;

PPC – Percentagem de Poder de Compra;

FDR – Fator Dinamismo Relativo;

MARF – Mercado Abastecedor da Região de Faro;

ARS – Administração Regional de Saúde do Algarve;

REOT – Relatório do Estado do Ordenamento do Território

FAGAR – Gestão de Águas e Resíduos, E.M.

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

IQAr - Índice de Qualidade do Ar